

tempo e presença

Publicação de KOINONIA • Nº 299 • Maio/junho de 1998 • R\$ 3,00

UNIVERSIDADE: REPROVADA OU EM RECUPERAÇÃO?



PAULO JORGE FLEURY

PROTÁSIO MARTINS FILHO

RAQUEL VILLARDI

JESÚS HORTAL

ANTONIO MENDONÇA

**ELISABETH SILVEIRA,
LÍLIAN DO VALLE
E NILDA ALVES**

Não sei até que ponto a ignorância em ciência e matemática contribuiu para o declínio da Atenas antiga, mas sei que as consequências do analfabetismo científico são muito mais perigosas em nossa época do que em qualquer qualquer outro período anterior. (Carl Sagan)

Dos tempos da assim chamada “democratização do ensino superior”, auspiciada pelo regime militar, até nossos dias, muitos desdobramentos se verificaram. A massificação do ensino do terceiro grau, e a eclosão das faculdades e universidades privadas não contribuíram, como já se suspeitava, para a melhoria da qualidade do ensino; até porque o mercado jamais reuniria condições de absorver a mão-de-obra pretensamente especializada, que a cada ano se apresentava em busca de colocações.

A produção de conhecimento, por seu turno, segundo se diz, papel precípua das instituições universitárias, ficou restrita às universidades públicas, onde o interesse pelo saber como tal ainda parece ter persistido como prioridade. Qual a situação atual? Em meio a uma longa e penosa greve das universidades públicas, e no ensejo da implementação de políticas governamentais nesse setor ainda bastante enigmáticas, decidimos expor neste número de TEMPO e PRESENÇA, uma reflexão avaliativa de alguns aspectos estratégicos do ensino superior no atual momento brasileiro.

Tal reflexão não significa que as opiniões e/ou pontos de vista veiculados sejam idênticos. Pelo contrário, apresentamos um painel onde podem ser percebidas, nas linhas e nas entrelinhas, certas divergências. Com isso buscamos preservar a dimensão independente e plural que nos caracteriza,

posto que tal pluralismo no tratamento das questões é um fator constitutivo da presença ecumênica. Só esperamos ter podido transmitir informação qualificada sobre um tema não só momentoso, como sobremodo importante para o futuro do País.

Temos testemunhado, no plano mundial, um conluio crescente entre poder, violência e ocultismo (o “ovo da serpente”?) contra a qual, entre outros instrumentos, devemos contar com o genuíno saber científico. Assim sendo, tudo que diz respeito à produção de conhecimento nos deve sensibilizar.

Denúncias necessárias e graves também, neste número, temos a oportunidade de veicular. Com elas não só pretendemos informar, quanto advertir sobre a manipulação antidemocrática das informações. Em outras palavras, denunciar a tentativa de celebração de acordos e pactos entre detentores do poder, cujos resultados irão incidir sobre milhões de pessoas ao longo de muitas gerações, engendrados e estabelecidos sem nenhuma transparência. A par disso, até onde vai a arrogância dos poderes que não desejam permitir qualquer dissidência que os ameace, mesmo simbolicamente, em suas pretensões de controle social total.

Temos ainda a alegria de inaugurar duas sessões: uma dedicada ao pensamento teológico livre, e outra que irá publicar matérias referentes à vida e à ação de KOINONIA. Também não faltam as contribuições que tentam falar da realidade de uma certa maneira, isto é, da linguagem poética, figurada e simbólica, que alimenta tanto a alma quanto o entendimento.

Façam bom proveito!

SUMÁRIO

Reflexão

- 5 EDUCAÇÃO E NEOLIBERALISMO
Paulo Jorge dos Santos Fleury

Caminhos

- 8 AVALIAÇÃO NAS UNIVERSIDADES:
QUESTÃO ESTRATÉGICA
Protásio Dutra Martins Filho

Descaminhos

- 11 'PROVÃO' E VESTIBULAR
OU : DE VOLTA PARA O FUTURO
Raquel Villardi

Qualidade

- 14 ENSINO UNIVERSITÁRIO
NA ENCRUZILHADA
Jesús Hortal, S.J.

Conhecimento

- 17 UNIVERSIDADE, PÓS-GRADUAÇÃO
E PESQUISA
Antonio Gouvêa Mendonça

Profecia

- 20 A PESQUISA NO BRASIL: DE VOLTA
À CLANDESTINIDADE?
Elisabeth Silveira, Lílian do Valle
e Nilda Alves

Denúncia – 1

- 25 PERIGO LIBERALIZANTE
SEM PRECEDENTES

Denúncia – 2

- 30 EMBARGO A CUBA:
CINISMO E ARROGÂNCIA

América Latina

- 33 APELO AO MUNDO EM FAVOR
DE CHIAPAS

Crônica

- 36 A COPA É NOSSA!
Chico Alencar

Rubem Alves

- 38 CHURRASCOS

Teologia

- 40 ENSINO RELIGIOSO, UM DESAFIO
TEOLÓGICO
Francisco Catão

Koinonia

- 43 SOLIDARIEDADE (NÃO SÓ
CARIDADE) NA CONSCIÊNCIA
SOBRE A SECA



Arthur Max/AJB

Biblioteca - Koinonia

(X) Cadastrado

(X) Processado

tempo e presença

Revista bimestral de KOINONIA
Maio/junho de 1998
Ano 20 - nº 299

KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço

Rua Santo Amaro, 129
22211-230 Rio de Janeiro RJ
Telefone (021) 224-6713
Fax (021) 221-3016
E-mail koinos@ax.apc.org

CONSELHO EDITORIAL
Carlos Alberto Messeder Pereira
Emir Sader
Ivoni Reimer
José Oscar Beozzo
Francisco Catão
Jether Pereira Ramalho
Maria Emilia Lisboa Pacheco
Sérgio Marcus Pinto Lopes
Tânia Mara Sampaio Vieira

CONSELHO CONSULTIVO
Carlos Rodrigues Brandão
Ivone Gebara
Jurandir Freire Costa
Leonardo Boff
Luiz Eduardo Wanderley
Rubem Alves

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Magali do Nascimento Cunha
MTb 011-233

EDITOR
José Bittencourt Filho

EDITORA ASSISTENTE
Magali do Nascimento Cunha

EDITORA DE ARTE E DIAGRAMADORA
Anita Slade

COPIDESQUE
Paulo Roberto Salles Garcia

REVISOR
Carlos A. Corrêa da Cunha

SECRETÁRIA DE REDAÇÃO
Mara Lúcia Martins

CAPA
Marta Strauch

PRODUÇÃO GRÁFICA
Roberto Dalmaso

FOTOLITOS
Grafex

IMPRESSÃO
Clip

Os artigos assinados não traduzem necessariamente a opinião da Revista.

Preço do exemplar avulso
R\$ 3,00

Assinatura anual
R\$ 18,00

Assinatura de apoio
R\$ 25,00

Assinatura/exterior
US\$ 50,00

ISSN 0103-569X

Envio carta solicitando o cancelamento da assinatura da revista TEMPO E PRESENÇA! O motivo é que os assuntos são bons mas a forma de apresentá-los carece de mais estímulo (forma) jornalístico que facilite a compreensão e leitura dos mesmos.

Enelides de Bastiani
São José dos Campos/SP

Espero ainda poder receber a assinatura de TEMPO E PRESENÇA deste ano 1998. Estava viajando fora do país, e por este motivo, atrasou a resposta e o envio do cheque nominal.

Agradeço, contudo, o recebimento do número de janeiro/fevereiro deste ano, que, como sempre, traz ótimos artigos que ajudam muito nos nossos trabalhos de educação popular. Os assuntos não deixam de ser atualíssimos: desemprego, alternativas econômicas para o Brasil, ecumenismo, Reforma Agrária e ocupação de terra... Espero, com muitas expectativas, artigos analisando o quadro e o processo eleitoral deste ano.

Jean Marie A. E. Van Damme
São Luís/MA

Agradecemos sinceramente a deferência com que fomos agraciados, pois tal periódico é verdadeiramente de grande valor cultural.

Os nossos professores, alunos e demais usuários sentiram-se honrados ao depararem com tal periódico pois, o mesmo além do valor cultural já dito, veio enriquecer o acervo de nossa Biblioteca.

Ir. Maria Aparecida Marin
Lins/SP

Com certeza, TEMPO E PRESENÇA é uma leitura indispensável para todos que desejam um mundo mais digno e justo. Eu, como educadora, sinto-me privilegiada por tê-la sempre presente ao meu convívio. Gostaria de dizer, também, que aprecio muito o projeto gráfico da revista e o uso das cores neutras (branco e preto) na sua parte interna. Assim, o texto se destaca e facilita a nossa concentração para a leitura. É o ideal.

Margarete Bilhalba
Uruguaiana/RN

Estamos orgulhosos de sermos assinantes desta tão con-

ceituada fonte de leitura e informação. Porém gostaríamos muito de receber o exemplar de número 298, referente ao bimestre março/abril.

Não sei se por algum atraso não chegou ou somos nós que estamos muito apressados, a verdade é que não queremos que nada impeça a aquisição de nenhum exemplar.

Maria Salete Aleixo de Araújo
Serra Branca/PB

Renovar a assinatura, acompanhar, sentir vibração com a fidelidade do Anúncio da Boa Nova de vida, justiça e esperança presente nessa revista é questão de amor pra mim!

Num tempo tão cheio de mensagens as mais diversas, a TP é referência lúcida de comunicação. Vamos juntos!

Aqui neste cartão, com as coisas belas da mãe-Terra, quero manifestar a todos vocês e aos leitores, meus votos de Feliz Páscoa, na certeza de que a vitória da vida é questão de honra e Glória de nosso Deus. Amém! Abraços

Zé Vicente
Iguatu/CE

AINDA NÃO ASSINUO TEMPO E PRESENÇA?



Quem lê TEMPO E PRESENÇA não pode ficar somente com um número.

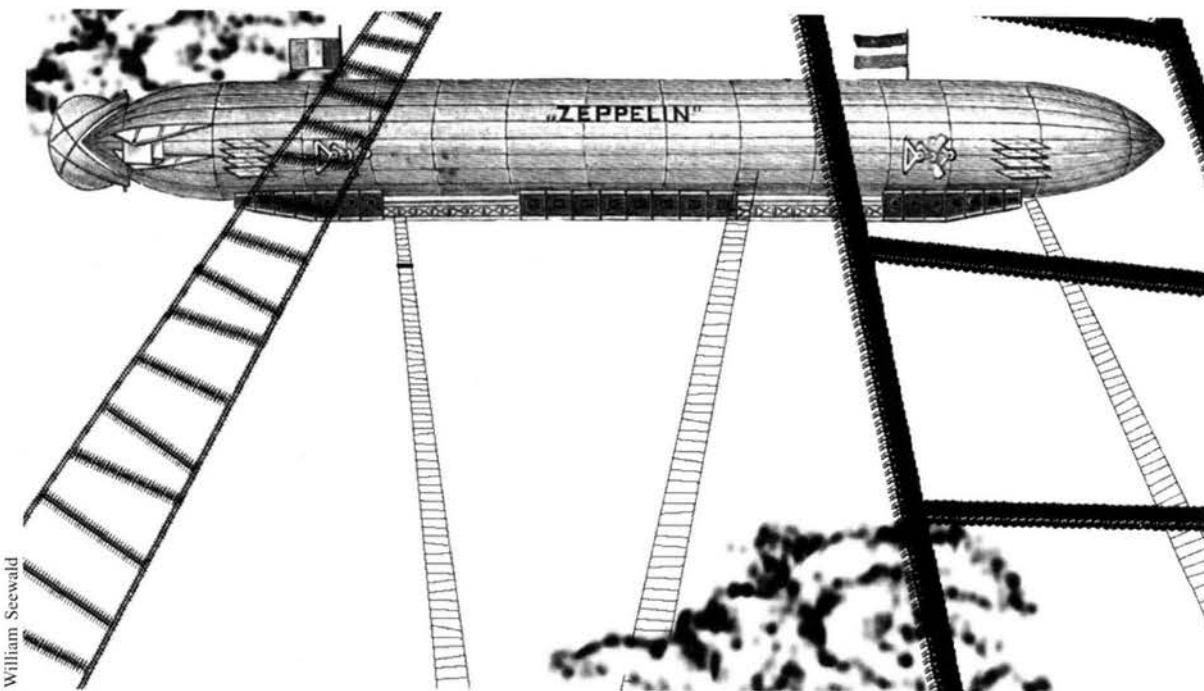
TEMPO E PRESENÇA é uma leitura indispensável para quem está comprometido na construção de um mundo melhor, mais alegre e mais justo, com a profundidade e qualidade que têm sido a marca desta publicação nas últimas duas décadas. Participe da comunidade de leitores de TEMPO E PRESENÇA e faça agora mesmo uma assinatura anual: R\$ 18,00 (assinatura normal); R\$ 25,00 (assinatura de apoio); US\$ 50,00 (assinatura para o exterior).

Basta escolher uma das três formas de pagamento:

- Cheque em nome de KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço
- Depósito na conta Bradesco 15.245-5, agência 1745-0

(remeter cópia do recibo)

• Vale Postal para KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço (remeter cópia do recibo)
Enviar para KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço, a/c Setor de Distribuição
Rua Santo Amaro, 129, Glória 22211-230 Rio de Janeiro RJ
Tel. 021-2246713 Fax 021-2213016 E-mail: koinos@ax.apc.org



EDUCAÇÃO E NEOLIBERALISMO

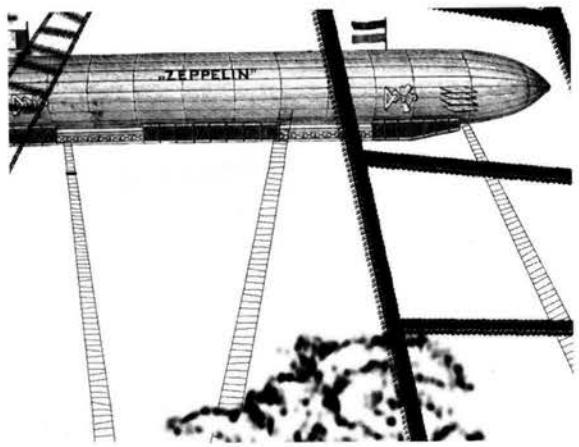
Paulo Jorge dos Santos Fleury

A implantação das políticas neoliberais globalizadas levanta, entre outras indagações, a da transformação da educação. Será possível neste momento promover uma ruptura com os “pacotes educacionais” destinados à formação de pessoas dependentes? O autor procura responder a esta pergunta buscando suporte no pensamento de Florestan Fernandes.

O desenvolvimento do ideário e das práticas neoliberais e de seus efeitos perversos em sociedades subdesenvolvidas, como é o caso das sociedades latino-americanas, e mais particularmente da brasileira, não passou ao largo da crítica demolidora de Florestan Fernandes, ainda que não tenhamos encontrado, até o presente momento (a menos que exista alguma produção póstuma), qualquer obra sistemática dele a respeito do neoliberalismo, o que poderia dar ao observador menos atento a impressão de que a questão neoliberal tenha sido relegada, por Florestan, a um plano secundário no contexto de análise das profundas transformações experimentadas pela organização produtiva capitalista nestas últimas décadas.

O ENIGMA NEOLIBERAL

A estratégia de enfrentamento de Florestan Fernandes em relação ao enigma neoliberal diz respeito ao desvendamento de sua natureza. Por se tratar de uma ideologia, ou melhor, por cobrir o mesmo significado de uma ideologia, segundo Florestan, o discurso neoliberal, com suas propostas de globalização, de estabilidade da moeda com crescimento econômico, de desenvolvimento de um conceito de cidadania baseado na eficiência e na produtividade, dissocia, em realidade, “corações e mentes das duras realidades e dos dramas morais crescentes do capitalismo oligopolista na sua terceira e mais aterradora manifestação”. Assim, de acordo com Florestan Fernandes, a “parafernália ideológica neoliberal” se constitui em



uma manobra diversionista, notavelmente bem-sucedida, mantendo fora do campo de visibilidade das pessoas, em geral, a dura realidade do imperialismo, do capitalismo oligopolista da presente era.

O discurso neoliberal tem como uma de suas pedras de toque a ênfase no binômio globalização/modernização. Para se ter uma economia e uma organização social modernas, necessário se faz que estejam em perfeita sintonia com os padrões de globalização, ao mesmo tempo em que estes (os quais envolvem procedimentos tais como desregulamentação, privatização, abertura comercial) se tornam condições essenciais de inserção “auto-estrada da modernização”

MODERNIZAÇÕES DEPENDENTES

Contudo, o que vem a ser essa modernização, de acordo com os moldes neoliberais? Se para as potências centrais o processo de modernização significa operar em escala mundial todos os complexos políticos do capitalismo oligopolista da era atual, para as reuniões e países periféricos, todavia, as modernizações produzem um desenvolvimento capitalista desigual, consubstanciado em uma dura restrição/seleção no implemento das inovações a serem adotadas nessas áreas. Assim, o desenvolvimento capitalista em países subdesenvolvidos, segundo Flo-

restan, não consegue romper determinadas limitações, o que estimula a exacerbão tanto da dureza da dominação política das burguesias desses países, como do perfil político das mudanças, das inovações sociais que acompanham a modernização dessas áreas periféricas.

Tais processos de modernização sociopolítico-econômica (e como não poderia deixar de ser, o processo de modernização neoliberal) produzem mudanças sociais com características bem específicas, radicalmente distintas daquelas que ocorrem nas nações centrais do capitalismo. De acordo com Florestan Fernandes, essas “modernizações dependentes” se impõem como movimentos “desencadeados e controlados exogenousemente”, resultando daí mudanças sociais de “cunho conservador”. O estímulo e o

O discurso neoliberal dissocia, em realidade, “corações e mentes das duras realidades e dos dramas morais crescentes do capitalismo oligopolista na sua terceira e mais aterradora manifestação”

controle exógenos das mudanças sociais que acompanham as modernizações das chamadas nações emergentes levam-nas à internalização dos centros de decisões sem que possam contar com a faculdade de exercer comando direto e global sobre elas.

As mudanças sociais que, por sua vez, resultam dessas modernizações dependentes, revelam-se profundamente conservadoras, afastando os interesses e os alvos reais dos olhos do homem comum, o qual está pronto a ouvir sem uma compreensão maior, ao mesmo tempo em que se dissimula atrás do silêncio que consente. Para Florestan Fernandes, a globalização e a modernização neo-

liberais encobrem a essência da organização capitalista dos dias atuais que, muito longe da construção de um mundo sem barreiras, sem ideologias, sem história, amplia, de forma acelerada, o fosso que separa os ricos dos pobres.

INTELECTUALIDADE COOPTADA

Um dos aspectos mais significativos da construção hegemônica neoliberal na América Latina se relaciona à cooptação dos intelectuais ao longo das décadas de 1980 e 1990. No campo da educação essa cooptação por parte de uma proposta neoliberal sinaliza com o retorno da teoria do capital humano, e sua redefinição em novas bases, alicerçadas em conceitos como qualidade total, competitividade, eficiência, formação polivalente. Esses elementos constituem um discurso ideologicamente voltado para a defesa da educação como peça-chave na formação de uma cidadania plena, mas, em última instância, se refere à manutenção de uma perspectiva utilitarista e produtivista da escola e do processo educacional como um todo, à recomposição do processo de acumulação capitalista e à perpetuação dos esquemas de exclusão que permeiam as relações sociais dentro das formações nacionais latino-americanas e, particularmente, no Brasil.

Uma das características do discurso neoliberal que tem contribuído de maneira decisiva para a eficácia do processo de cooptação para a sua causa — não somente dos intelectuais e dos setores dominantes da sociedade brasileira mas de parcelas significativas das chamadas classes médias —, particularmente no que se refere à educação (não somente), é a sua permanente associação com as idéias de modernidade, de modernização (ou seriam idéias de pós-modernidade, de pós-modernização?). Tais idéias revestem-se da certeza do empreendimento do grande “salto histórico que removerá a ameaça de estagnação, tida como certa”, e da eliminação dos obstáculos que impedem a passagem

da sociedade brasileira (ou pelo menos de alguns de seus estratos) do Terceiro para o tão sonhado Primeiro Mundo.

EDUCAR PARA A INDEPENDÊNCIA

Já fazem parte do senso comum mais rasteiro discursos acerca da inexorabilidade dos processos de globalização econômica e da imprescindível adaptação das estruturas societárias aos desígnios do exigente deus-mercado, tão onisciente, onipresente e onipotente como os deuses de velhas religiões monoteístas. Nesse contexto, soberania, autodeterminação nacional se transformam em símbolos de atraso cultural, velharias que devem ser relegadas ao limbo da História.

A lógica dos processos de globalização e de seu respaldo ideológico neoliberal deixa, pelo menos aparentemente, pouco ou nenhum espaço para que se realize a emancipação de uma nação capitalista dependente, como é o caso do Brasil, com o agravante de que os estratos burgueses brasileiros, mesmo sob o capital monopolista, nunca conseguiram ultrapassar os limites da mera socialização das perdas. Apesar de toda a euforia com que as elites burguesas brasileiras abraçaram o novo modelo de modernização associada, sob a égide da globalização, permanece a sua incapacidade de levar adiante, de acordo com Florestan, as reformas e as revoluções que marcaram a construção da ordem burguesa nos países centrais do capitalismo (reforma agrária, reforma urbana, reforma educacional, revolução democrática etc.).

Isso significa dizer que tanto a globalização como o neoliberalismo representam “aumento do desemprego, da miséria e da espoliação externa, para gáudio dos especuladores estrangeiros e de uma minoria nativa privilegiada e já internacionalizada”. Promover a superação dessa condição de dependência, de negação da soberania e de um futuro menos adverso para amplos setores da população brasileira implicaria, necessariamente, segun-

do Florestan Fernandes, promover uma ruptura total com os “pacotes” educacionais e culturais destinados à formação de cabeças culturalmente dependentes, tão necessárias à reprodução de estruturas econômicas igualmente dependentes.

Caberia aqui uma pergunta, no mínimo, complicada: quais são as perspectivas de que a superação dessa condição de dependência, de negação da soberania ocorra em um ambiente político-cultural-econômico marcado pela hegemonia da concepção de mundo neoliberal? Há que se confessar que elas não são de modo algum alentadoras. De um lado, porque “muitos colocam o combate à fome e à penúria em primeiro lugar”. É certo que na ausência quase absoluta das condições mínimas de sobrevivência em que se encontram parce-

zir as condições básicas para o exercício da cidadania, tal sistema não deve constituir em objetivo final para as classes populares, para as classes trabalhadoras, em termos de educação. Elas necessitam de uma escola “na qual [atinjam] a capacidade de fugir à hegemonia ideológica que as classes dominantes exercem exatamente através da escola para todos”.

Aspecto dos mais significativos da visão de mundo construída pela hegemonia ideológica burguesa, reafirmado em escala incomparavelmente mais ampla pela globalização neoliberal e que se exerce não somente, mas principalmente por meio da escola, é aquele que cria na sociedade, particularmente nas classes subalternas, a ilusão da ascensão social ao alcance de todos, desde que estejam sintonizados com as demandas sociais, culturais, econômicas e políticas estabelecidas pela organização socio produtiva capitalista. Isso dificulta ou mesmo impede a superação da subalternidade cultural e ideológica das classes populares e, por consequência, a superação da própria concepção educativa que caracteriza a sociedade burguesa.

Aos setores modernizantes-conservadores e neoliberais, somente restará a aceitação de uma razão pedagógica democrática, que evite a instalação definitiva da barbárie entre nós; que ajude a superar tanto “o atraso educacional [que] acompanha o subdesenvolvimento econômico e a dependência cultural”, como o “conservantismo tosco ou egoístico [que produz] o incentivo à alienação das consciências, [por meio do qual] as culpas são hipocritamente transferidas aos professores e às escolas, como se elas moldassem sua ruína por gosto ou incapacidade”; enfim, uma razão pedagógica democrática essencial para que o Brasil se transforme em uma nação.

Permanece, no seio das elites conservadoras, liberais e, mais recentemente, neoliberais, o mais profundo desprezo pela educação, e em particular pela educação pública

las consideráveis da população brasileira, essa é uma ação que não pode e não deve ser negligenciada. Esquecese, contudo, de que “educação e consciência social clara são os principais substratos dos pobres na luta de classes”. Por outro lado, permanece, no seio das elites conservadoras, liberais e, mais recentemente, neoliberais o mais profundo desprezo pela educação, e em particular, pela educação pública. Adotam, entretanto, “uma retórica iluminista, como se fossem os campeões da difusão e da democratização do ensino”.

Todavia, mesmo que seja instituído um sistema escolar fundamental universal, com capacidade de produ-

Paulo Jorge dos Santos Fleury é mestre em Educação e professor universitário.

AVALIAÇÃO NAS UNIVERSIDADES: QUESTÃO ESTRATÉGICA

Protásio Dutra Martins Filho

Como proceder a uma avaliação verdadeira do significado da universidade para a sociedade brasileira em meio à prática da segmentação das políticas acadêmicas hoje vigentes? Imerso nas discussões cotidianas sobre o tema, o autor indica caminhos que auxiliem esta reflexão.

Hoje parte do governo uma proposta de alterar a linha consolidada de incentivo ao trabalho nas universidades, “deixando de privilegiar a pós-graduação e a pesquisa em detrimento da graduação”, para dar maior efetividade ao investimento público no setor educacional, no segmento do terceiro grau. Assim o corte nas bolsas de pós-graduação, a intensificação do incentivo aos grupos de excelência e a redução do fomento institucional à pesquisa vêm acompanhados da perspectiva do incremento nas gratificações dos docentes envolvidos com a graduação, da prioridade aos investimentos institucionais em laboratórios de ensino em relação aos de pesquisa e da crítica severa das relações professor/aluno e professor/vagas-de-vestibular atualmente praticadas nas universidades públicas.

Aos olhos da sociedade tudo se passa como se agora fosse chegado o momento de reverter a estratégia de

décadas, reconhecendo que a pesquisa já alcançou o patamar de qualidade de que garantirá seu avanço autônomo, com o fomento restrito aos “grupos de excelência” e, ainda, que o esforço maior da competência acadêmica devesse agora ser mobilizado para a formação de profissionais no terceiro grau.

CONQUISTAS NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA

As instituições públicas de ensino superior são efetivamente as responsáveis pelas conquistas na produção científica brasileira, registrada e indexada internacionalmente. Devem-se também a elas a disseminação e a qualificação da pesquisa científico-tecnológica que hoje representa um patrimônio reconhecido e respeitado dentro e fora do País. Para essa conquista, investimentos vultosos foram feitos sistematicamente ao longo das três últimas décadas, que produziram, além de um sistema de referência de mérito, articulado pelas agências de fomento (Capes, CNPq e Finep) em cooperação com a comunidade científica, também alguns centros de excelência, de padrão internacional, e ainda, fôlego e estrutura para disseminar esse processo nas áreas em que somos ainda carentes de um padrão alto de qualidade acadêmica.

Embora haja críticas, internas e externas, quanto ao retorno desse investimento em termos de riqueza para o País, de patentes e em economia de divisas, já se contabilizou o retorno em áreas como a do petróleo, telecomunicações e mineração, entre outras, avalizando a estratégia governamen-

tal seguida e a relevância do trabalho acadêmico associado. Nesses setores se deu uma efetiva cooperação entre a Universidade e a Empresa, a exemplo das estatais economicamente viáveis e das áreas sob controle direto do governo, como na pesquisa agropecuária, em tecnologia militar e energia. No entanto, muito mais se espera e pode objetivamente ser feito, especialmente no que tange ao desenvolvimento social, a que se aspira como ação estratégica e premente para que o País cresça e inclua os milhões hoje à margem da economia, sem cidadania.

Há setores do conhecimento humano que não podem ser enredados nessa análise de custo/benefício, já que requerem outros indicadores de qualidade, complexos para serem mensurados diretamente ou equacionados economicamente de forma simples. Setores como educação, saúde, arte e cultura envolvem questões avaliativas de interesse social amplo e crítico, nos quais o interesse empresarial se manifesta em nichos menos sofisticados academicamente, e não requerem uma interação mais estreita com a Universidade. Nessas áreas, mérito e relevância não são francamente reconhecidos senão por entendimento coletivo entre os atores envolvidos, o que requer o estímulo e o balizamento das políticas oficiais.

Mérito e relevância são dimensões elementares do processo de avaliação, imprescindível na formulação de juízo de valor e da crítica construtiva aos processos condutores do desenvolvimento brasileiro, nos quais está reservado um papel crucial à Universida-

A universidade é a principal referência do sistema educacional brasileiro, deve assim ser reconhecida e dela ser cobrada, por parte do governo, a inerente responsabilidade social

de. A avaliação é também matéria cultivada pela academia.

PARCERIA NATURAL E NECESSÁRIA DESCARTADA

A Universidade é uma instituição complexa, voltada para o desenvolvimento dos saberes universais e das competências humanas em áreas especializadas. Suas atividades envolvem todos os aspectos das políticas públicas: na área da formação de recursos humanos para o País (educação, sistema produtivo); na formação da consciência crítica da sociedade (educação, cidadania, cultura); ou, ainda, na geração de conhecimento estratégico e competência profissional para sustentar a ação política em setores destacados em planos de metas para o País (ciência e tecnologia; política industrial).

A Universidade é a principal referência do sistema educacional brasileiro, deve assim ser reconhecida e dela ser cobrada, por parte do governo, a inerente responsabilidade social. É também o braço da inteligência nacional mais bem dotado para formular e criticar projetos em áreas do conhecimento vitais para a sociedade, representando, portanto, o parceiro natural do governo para estudos estratégicos em políticas públicas em todos os setores da vida brasileira.

Não tem sido essa a perspectiva norteadora das relações entre a Universidade e o Governo. Ao contrário, tem-se assistido a um sem-número de iniciativas governamentais à revelia e em confronto com os anseios da comunidade acadêmica, aparentemente justificadas por “avaliações” da me-



dida de parâmetros (volume de publicações científicas e/ou de seu registro em índices internacionais, estatísticas de produtividade, etc.) e do grau de alcance de objetivos (evasão escolar, número de titulados, custo relativo, etc.) não compactuados com as instituições avaliadas.

Embora possam exprimir uma apreciação do mérito intrínseco da produção acadêmica, esses modelos avaliativos não permitem uma visão da relevância desta atividade (utilidade da produção, pertinência nos ce-

A prática da segmentação das políticas acadêmicas de graduação e de pós-graduação e pesquisa impede a construção do projeto institucional que representará o compromisso social das instituições

nários nacional e regional, impacto cultural, benefício social, etc.) e tampouco o estabelecimento de um processo de aprimoramento e de comprometimento institucional crescentes que acolha as dimensões políticas, metodológicas, sociais, pedagógicas, técnico-científicas e éticas do processo educacional.

SEGMENTAÇÃO VERSUS AVALIAÇÃO COERENTE

Na graduação isoladamente, o quadro é ainda mais crítico em face da ausência de investimentos sistematizados, o que induziu o afastamento dos quadros mais qualificados, por ausência de incentivos, e não permitiu construir mecanismos e indicadores de mérito ou relevância. O investimento tão necessário hoje na graduação, numa visão consensual do meio acadêmico, deve passar por viabilizar a inclusão da pesquisa técnico-científica na formação profissional, o que requer a aproximação dos quadros hoje dedicados à pesquisa e à pós-graduação (sem necessariamente afastá-los daquele sistema, para não destruir o mérito que credencia essa aproximação). Passa por construir um sistema de gestão, adequadamente contextualizado em acordo com as políticas públicas que envolvem a atuação do profissional desse segmento, necessariamente com a participação qualificada da sociedade, das agências financeiras de governo e das instituições universitárias.

ELITE É MAIORIA EM UNIVERSIDADES FEDERAIS

classes C e D (que compõem o segmento vulgarmente conhecido como classe média baixa) respondem por, respectivamente, 31% e 10% das vagas nas universidades e faculdades federais.

Há disparidades, também, entre universidades e regiões. A Universidade de Brasília, por exemplo, figura na lista das mais elitizadas. Entre os alunos, 28% são da classe A e 46% da B. Nas regiões mais pobres do País ocorre o inverso: a proporção de alunos das classes mais baixas supera a média nacional. No Nordeste, 31,8% dos alunos são da classe C, 12,94% da classe D e 5,12% da E. Ao todo, quase a metade dos estudantes — exatamente 49,86% — está fora do que poderia ser chamado de elite.

É na região sul que se verifica a maior concentração de alunos das classes A e B: 65,46% do total.

Fonte: Folha de São Paulo, 17/8/97.

Uma pesquisa realizada entre alunos de 44 das 52 universidades federais brasileiras revela, em números exatos, a mais comentada distorção no ensino do País: a maioria das vagas é mesmo ocupada pelos filhos da elite econômica — 56% dos alunos são provenientes das classes A e B (aqueles que têm maior acesso a serviços e bens de consumo). São também 55% dos alunos os que pagaram por um ensino secundário de melhor qualidade — na rede privada — antes de chegarem ao melhor ensino superior — público e gratuito.

No outro extremo do espectro socioeconômico, os alunos provenientes da classe E são apenas 3%. As



'PROVÃO' E VESTIBULAR OU: DE VOLTA PARA O FUTURO

Raquel Villardi

Partindo do pressuposto de que o papel das universidades públicas carrega um componente social muito forte — formar um profissional capacitado e comprometido com a sociedade na qual se insere —, a autora analisa as formas de avaliação hoje existentes: o vestibular e o "provão". Ela chama a atenção para a necessidade de se avaliarem também, de forma séria, as instituições de ensino superior

Nestes tempos de inverno, em que a universidade pública tem sido alvo dos mais extensos questionamentos, o foco das discussões tem, muitas vezes, recaído sobre dois momentos cruciais da vida discente — o ingresso e a saída, o tão antigo vestibular e o novíssimo 'provão'. Mas, sob a alegação de se falar dos limites, pretende-se falar da ponte, do percurso do aluno no interior das instituições e, por metonímia, de sua função, de seu trabalho, delas mesmas. A capa — a avaliação — que veste esses discursos se constrói sobre uma palavra mágica, que teria o poder de tudo explicar, de tudo permitir, de tudo justificar: qualidade. E essa, por sua vez, tem sido embalada pela impossibilidade social de arcar com os custos "gigantescos" das instituições de ensino superior.

A fim de evitar a lógica fácil e de recolocar a discussão no seu efetivo lugar, não se pode iniciá-la sem que se estabeleçam as bases da função social das universidades públicas. À instituição universitária cabe realizar, além do ensino, a pesquisa e a extensão, atividades-fim que devem ser levadas a efeito de modo articulado e consequente, com o objetivo de formar um profissional capaz e comprometido com a sociedade na qual se insere. Isso significa que o papel da Universidade é devolver à sociedade seu investimento, sob a forma de profissionais éticos e críticos, que tenham, ao longo de sua escolaridade, participado dos processos de produção de novos conhecimentos, os quais, por sua vez, devem ser revertidos à comunidade, contribuindo, de modo eficaz, para a formação de verdadeiros cidadãos, internamente, e para a melhoria das condições de vida da população, de maneira mais ampla.

O VESTIBULAR

A existência de processos de seleção para os cursos de graduação das instituições de ensino superior do País se justifica, preliminarmente, pelo desnível entre oferta e demanda. Os instrumentos usados nessa mediação, no entanto, nem sempre produzem os resultados esperados. Dada a complexidade dos fatores que interferem em tal processo, seu equacionamento se tem mostrado problemático.

Sem dúvida, é a escassez de vagas para o ensino de terceiro grau que leva as instituições a buscarem, entre os candidatos, os melhores. Em cursos

de alta demanda, normalmente esses são, também, os mais aptos para aquele tipo específico de carreira — o que não acontece, necessariamente, nas demais.

Por outro lado, pressionadas por essas mesmas contingências, as instituições tendem a evitar a ociosidade das vagas, aprovando candidatos que poderiam ser excelentes em um determinado curso, mas que não revelam as habilidades necessárias a um outro.

Assim, embora a demanda seja infinitamente maior que a procura, nem sempre as instituições conseguem alocar nos cursos candidatos efetivamente aptos — não para o curso, mas para a carreira que escolheram. Um coadjuvante de peso é o fato de as instituições apresentarem, quase sempre, uma abrangência muito regionalizada, o que dificulta a composição de um perfil definido, tanto de seu trabalho, quanto de seu corpo discente. Assim, como não temos o hábito de buscar, na graduação, uma instituição de outro estado que ofereça especificamente aquele curso, aquela habilitação, com um determinado enfoque, muitos jovens, que gostariam de se dedicar a uma determinada carreira, são levados a outra, em vista de ser oferecida por uma universidade de sua região geoeducacional.

Paralelamente a essas questões, surge a tão conhecida tese de que a seleção meritocrática termina por levar às instituições públicas os candidatos de maior poder aquisitivo, que tiveram chance de estudar em escolas particulares melhores, e relega às faculdades particulares os oriundos da



Sérgio Moraes/AB

A recente instituição do 'provão' pelo governo federal provocou reações contrárias da comunidade acadêmica e protestos por parte dos alunos

escola pública. A validade parcial dessa afirmação — tão cara aos que defendem as teses privatistas — vem sendo desconstruída por dados que comprovam que cresce, ano a ano, o percentual de alunos de classes populares nas instituições públicas de ensino superior. No entanto, ao que tudo indica, esses estudantes ainda estão excessivamente concentrados em cursos de menor prestígio social, em que os patamares salariais são mais baixos.

Fora dos muros das universidades, entretanto, nunca se buscou tanto a capacitação para o mercado de trabalho, exigência que atinge tanto os que nele querem permanecer quanto os que dele se vêem excluídos. Isso demonstra, de modo inequívoco, que as contingências contextuais vêm desviando valores do domínio de informações para o domínio de habilidades.

Sensíveis a todos esses fatores, algumas instituições têm buscado mecanismos alternativos de seleção de candidatos a cursos de graduação, orientando suas ações em dois sentidos. Por um lado, a elaboração de provas que, além de conteúdos, possam avaliar também o domínio de habilida-

Fora dos muros das universidades, nunca se buscou tanto a capacitação para o mercado de trabalho, exigência que atinge tanto os que nele querem permanecer quanto os que dele se vêem excluídos

des; por outro, a de conferir a essa avaliação um caráter mais processual.

Embora essa tendência ainda engatinhe e esteja restrita a umas poucas universidades no País, constitui passo importante no sentido de fazer ingressarem nas instituições não apenas os melhores alunos, mas os melhores alunos para aquele curso, isto é, os mais aptos, aqueles que terão condições de, depois de formados, devolver à sociedade o investimento realizado, sob a forma de trabalho competente e sempre atualizado.

O velho vestibular, assim, busca adaptar-se aos novos tempos, acerta os passos com o futuro.

O "PROVÃO"

A prova de final de curso, instituída pelo governo federal em final de 1996 e sedimentada por propaganda nacional em larga escala, pode até parecer, para os mais desavisados, uma medida efetivamente salutar, que contribua para a elevação da qualidade do ensino. Não é.

Em primeiro lugar, porque o 'provão' é um instrumento centrado nos discentes, e, como tal, não pode dar conta da imensa gama de ações embutidas no trabalho das instituições. As boas universidades públicas brasileiras, além de escolas, são um referencial para a sociedade, em termos de centros de pesquisa e de prestação de serviços, nas mais diferentes áreas, entre as quais a da saúde, por meio de seus hospitais — última salvaguarda de um sistema público em colapso.

Em segundo lugar porque, mesmo que se diga o contrário, sendo um instrumento centrado no aluno, o resultado obtido dependerá do nível de empenho dele no momento da prova. Como a comunidade acadêmica tem sido unanimemente contra esse instrumento, e como a sociedade não o legitima, adotando, por exemplo, seu resultado como critério de seleção de candidatos a vagas de emprego, o impacto dessa avaliação para a vida do egresso é quase nenhum. Portanto, nada assegura que mostre, efetivamente, o que aprendeu na universidade.

Em terceiro lugar, porque uma prova de caráter nacional desconsidera especificidades regionais, desconsidera as condições de trabalho oferecidas aos profissionais de cada instituição, desconsidera a escolha, autônoma e legítima, das instituições por determinado tipo de enfoque em cada área e, finalmente, desconsidera o trabalho de formação ética e de desenvolvimento de habilidades que preparam os formandos não apenas para que exerçam sua atividade profissional naquele momento, mas para que se mantenham competentes ao longo dos anos.

O novo 'provão' começa exatamente sob a perspectiva que os mais modernos vestibulares do País vêm abandonando — a da avaliação objetiva e pontual. As instituições acadêmicas, que formam profissionais a cujo saber nos entregamos nas mais diversas situações da vida, necessitam de mecanismos de avaliação. E necessitam com urgência. Qualquer tendência em contrário hoje deve ser vista como manifestação de um corporativismo atávico, que premia a incompetência. E os mecanismos por meio dos quais se dará tal avaliação devem ser incessantemente buscados, no âmbito das próprias instituições e fora delas, de acordo com seu perfil e com seus compromissos — jamais numa perspectiva homogeneizadora e falsamente democrática.

Mas o mais grave é se pretender impor às instituições a versão secundarista do 'provão', como instrumento para selecionar os alunos. O sistema, que encontra paralelo em alguns outros países, exigiria, além da desejada adequação entre a oferta e a demanda de vagas, uma parceria visceral com as próprias instituições, para que

não terminasse por traduzir-se em mais um instrumento de exclusão dos egressos da escola pública — justificando, aí sim, definitivamente, a privatização das universidades.

A consecução dos objetivos das instituições universitárias exige infraestrutura adequada, docentes e estudantes capacitados e dedicados, de preferência em horário integral, além de verbas — sem as quais o ensino se mediocriza, a pesquisa pára e a extensão não chega à sociedade. Apostar na economia, e não no investimento, é pavimentar a estrada que conduzirá a um desmonte similar ao operado na educação básica.

Os 'provões' não podem substituir a existência de processos de avaliação sérios e comprometidos com a qualidade das instituições de ensino superior. Podem ser, no máximo, um dos instrumentos utilizados com esse fim, se amplamente discutidos com a comunidade acadêmica.

Para que haja qualidade no atendimento às necessidades reais da população brasileira, as universidades públicas precisam, sim, ser submetidas a processos de avaliação; mas preci-

O 'provão' desconsidera o trabalho de formação ética e de desenvolvimento de habilidades que preparam os formandos não apenas para que exerçam sua atividade profissional naquele momento, mas para que se mantenham competentes ao longo dos anos

sam, igualmente, de verbas para ampliação e sustentação do contingente de vagas em cursos de graduação, bem como do parque de pós-graduação e pesquisa, além de mecanismos que viabilizem a maior inserção do trabalho acadêmico na sociedade. Quando isso ocorrer, vestibular será coisa do passado.

Raquel Villardi, doutora em Letras, é professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da UERJ.

PARA ENTENDER O 'PROVÃO'

O QUE É?

Uma prova chamada Exame Nacional de Cursos, criada em 1996 pelo MEC.

PARA QUE SERVE?

Para avaliar os cursos de graduação das instituições de ensino superior do País. A partir do desempenho dos alunos, o MEC dá uma nota média para o curso. Os alunos que participam do 'provão' também respondem a um questionário em que avaliam as instituições e os docentes. Além disso, comissões do MEC estão visitando as universidades e faculdades para verificar as condições dos cursos avaliados.

QUEM FAZ?

Alunos que estão no último ano da graduação dos cursos avaliados, ou que já terminaram os cursos.

QUAIS OS CURSOS JÁ AVALIADOS?

O número de cursos vem aumentado ano a ano. A avaliação iniciou com três cursos: Administração, Direito e Engenharia Civil. No ano passado foram acrescentados mais três cursos: Engenharia Química, Medicina Veterinária e Odontologia. Este ano estão sendo avaliados dez cursos, entre os quais, quatro pela primeira vez: Jornalismo, Matemática, Letras e Engenharia Química.

HÁ OBRIGATORIEDADE PARA OS ALUNOS?

Todo aluno que está no último ano de um curso avaliado tem que fazer o 'provão', caso contrário fica impedido de retirar o diploma. Se um aluno perder o exame ou tirar nota baixa, pode fazer o 'provão' no ano seguinte.

QUANDO ACONTECE?

Uma vez por ano, no final do primeiro semestre.

QUEM ELABORA AS PROVAS?

Comissões contratadas pelo MEC montam as diretrizes da prova para cada curso, com base no perfil que o profissional da área deve ter. A partir dessas diretrizes, outras equipes montam os exames.

QUANDO SÃO DIVULGADOS OS RESULTADOS?

No final do ano. O resultado da instituição é divulgado junto com outros indicadores, como a titulação dos docentes.

Fonte: Folha de São Paulo, 2/6/1998 e 9/6/1998.

ENSINO UNIVERSITÁRIO NA ENCRUZILHADA

Jesús Hortal, S.J.

As novas propostas para a Educação no Brasil tendem mais a fortalecer o ensino oficial do que a promover o pluralismo e a liberdade de escolha. Neste artigo, o autor propõe alguns princípios que deveriam ser levados em conta para a futura política educacional no País. Um deles, por exemplo, está relacionado justamente ao papel do Poder Público no incentivo à pesquisa.

Encontramo-nos, no momento atual, num período de transição, que também atinge o campo educacional. Não apenas pela aplicação da nova Lei de Diretrizes e Bases, mas também pelas propostas de Reforma Constitucional, no campo da Educação, que incluem a área do ensino universitário. Não obstante a filosofia neoliberal que inspira a política atual, as citadas propostas, como a da autonomia das universidades federais, parecem dirigidas mais a fortalecer o ensino oficial do que a promover o saudoso pluralismo e a liberdade de opção das famílias.

Em lugar, porém, de analisar, essas propostas, representativas, em grande parte, de interesses corporativistas, parece-me mais conveniente enunciar alguns princípios que deveriam nortear a futura política educacional, dentro da perspectiva da mu-

dança que já se encontra em andamento, não só no Brasil, mas também em outros países. São pontos para discussão, não posições rígidas intocáveis.

PRINCÍPIOS PARA UMA POLÍTICA EDUCACIONAL

Escola pública x escola privada

Devemos superar a dicotomia “escola pública x escola privada”. A meu ver, não têm sentido campanhas “em defesa da escola pública” e sim campanhas “em defesa da escola de qualidade, plural, aberta e democrática”. A autonomia das universidades públicas, se bem estabelecida, poderá mostrar novas possibilidades, não só de convivência, mas também de colaboração entre estabelecimentos de diversa natureza.

Não é democrático querer impor a todos o mesmo tipo de escola, sem espaço para a liberdade. A família é o sujeito primordial da responsabilidade pela educação dos filhos. Corresponde, por isso, a ela, determinar o tipo de educação que deseja. No nosso país, há espaço para todos. A própria Constituição declara que “o ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições: I – cumprimento das normas gerais da educação nacional; II – autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público” (artigo 209).

Estabelecer outras condições, às vezes de modo disfarçado, mediante cobrança de taxas e impostos descabidos, equivale a negar, na prática, o princípio constitucional.

Gratuidade

Conseqüentemente, o Estado deverá ajudar o aluno carente, “enquanto ca-

rente” e não em função da escolha do estabelecimento, muitas vezes condicionada por fatores alheios à sua vontade. O princípio da gratuidade em todos os níveis, se estabelecido apenas para o ensino de gestão estatal, tal como se encontra na nossa Constituição (artigo 206, IV), é discriminatório e deve ser revisto. Por isso, no âmbito universitário, o crédito educativo deveria ser ampliado e reestruturado radicalmente, de forma a permitir a ajuda também aos alunos das escolas públicas, as quais assim poderiam cobrar pelo serviço prestado, sem, contudo, prejudicar os menos favorecidos. Antes do que preocupar-se com a sustentação de um modelo determinado de ensino, o poder público deveria voltar-se para a democratização dele, fornecendo os meios necessários para uma escolha verdadeiramente livre.

Conforme estatísticas repetidas, uma e outra vez, na imprensa, o Brasil ocupa o triste privilégio de ser o país com a menor proporção de estudantes universitários da América do Sul, atrás até mesmo da Bolívia e do Paraguai. O próprio Ministério da Educação afirma que, nos próximos quatro ou cinco anos, será necessário duplicar a oferta de vagas do sistema de ensino superior, mas que carece de recursos para criar novas universidades federais. Somente uma política de incentivo ao surgimento de novos centros universitários, com a distribuição dos recursos entre todos os estabelecimentos que apresentem um padrão mínimo de qualidade, junto com a procura de fontes alternativas, tornará viável essa ampliação, absolutamente necessária.

Atividades de pesquisa

As atividades de pesquisa deveriam ser revistas, dentro de um plano de regionalização. A especialização é pré-requisito da excelência. Mas não é possível pensar em ter 120 núcleos de pesquisa e cursos excelentes de pós-graduação, por exemplo, em Física. É preciso que as universidades se autolimitem a determinados campos em que possam atingir um grau de excelência. Haverá campos em que a colaboração de várias universidades nos mesmos programas será o único caminho possível para atingir a almejada excelência. Ainda mais, teremos que integrar-nos de modo crescente nas redes internacionais de universidades e centros de pesquisa, das quais já temos alguns exemplos significativos, como os projetos *Alpha* ou *Columbus* (redes de universidades para projetos de pós-graduação e intercâmbios de docentes) da Comunidade Europeia. O apoio do poder público será fundamental para levar adiante essa integração.

Mecanismos de incentivo

Para que a contribuição da indústria à pesquisa universitária se torne significativa, é necessário criar maiores e melhores mecanismos fiscais de incentivo. O exemplo dos Estados Uni-

A RESPEITO DA LEI ROUANET

Principal lei de incentivo ao mecenato cultural do País, a Lei Rouanet permite a partir de agora que empresas e pessoas físicas possam descontar até 100% dos investimentos culturais no Imposto de Renda nas áreas de artes cênicas, música erudita e instrumental, livros e acervos de museus e bibliotecas públicas. Os empresários, apesar de investidores, não se tornam sócios do produto, apenas fornecem o que se convencionou chamar de apoio cultural.

Houve, no entanto, uma polêmica em torno das vantagens do cinema em relação às outras artes até 23/9/1997, quando o presidente

Fernando Henrique Cardoso assinou medida provisória que alterou a Lei Rouanet, que permitia ao cinema a maior parte dos recursos captados por possuir uma lei específica (Lei do Audiovisual) de incentivo com características diferentes da Rouanet, pela qual as empresas investidoras são sócias do produto. Com a medida provisória, todas as formas de artes têm equiparação de vantagens.

Por ser o orçamento para a cultura o mais reduzido da União, a lei foi criada para que os empresários bancassem parte do investimento em atividades culturais. O governo estabelece um teto anual para renúncia fiscal — R\$ 120 milhões em 1998 (cinco vezes menos que na França).

Fonte: *Jornal do Brasil*, 24/5/1998.

Não têm sentido campanhas “em defesa da escola pública” e sim campanhas “em defesa da escola de qualidade, plural, aberta e democrática”

dos é muito claro nesse aspecto. No momento atual, somente no campo da informática, existe no Brasil uma legislação que permite um apoio significativo do empresariado aos laboratórios universitários. Precisaríamos de um instrumento legal de incentivo à pesquisa semelhante ao que é a Lei Rouanet no campo da “cultura”. Curiosamente, na conceituação dessa lei, ensino e pesquisa não são “cultura”!

Papel do Poder Público

Mesmo incentivando a iniciativa privada, o poder público não se pode inibir por completo de suas responsabilidades em face da Universidade e da pesquisa. Mesmo supondo um quadro ideal de apoio ao ensino e à pesquisa, proveniente do setor produtivo privado, a universidade pública continuará a ser necessária, como incentivadora de uma emulação saudável. Haverá também sempre necessidade de apoio aos alunos carentes. E será também preciso um sistema não exclusivo, mas com interveniência do poder público, de avaliação e acompanhamento dos estabelecimentos de qualquer classe que se dediquem a essas atividades.



José Roberto Serra/AB

O Brasil é o país com a menor proporção de estudantes universitários da América do Sul, atrás até mesmo da Bolívia e do Paraguai

DISTRIBUIÇÃO DOS ALUNOS NO ENSINO SUPERIOR (GRADUAÇÃO)

INGLATERRA

99,999%

Escolas custeadas pelo Estado*

0,001%

Escolas particulares**

* Públcas ou independentes

** Existe apenas uma universidade particular

FRANÇA

92,2%

Escolas públicas

7,8%

Escolas particulares

ARGENTINA

90%

Escolas públicas

10%

Escolas particulares

ESTADOS UNIDOS

72,4%

Escolas públicas*

13,9%

Escolas independentes

13%

Escolas católicas

0,006%

Escolas públicas

* Na maioria, universidades estaduais

BRASIL

41,6%

Escolas públicas

58,4%

Escolas particulares

Fonte: Folha de São Paulo, 4/2/1998.

UM IDEAL DE UNIVERSIDADE

À vista do exposto, poderiam perguntar-me qual é o ideal de Universidade que tenho em mente. Em lugar de definir teoricamente a Universidade, parece-me conveniente relacionar uma série de fatos recentes que indicam claramente os rumos que estamos seguindo na PUC-Rio. Queremos:

- *Uma universidade com vocação de excelência acadêmica:* A PUC foi uma das instituições pioneiras no estabelecimento de um sistema nacional de pós-graduação, tanto no campo das ciências exatas e tecnológicas, quanto no das humanas e, mais recentemente, no das sociais. Orgulha-se de ter um alto índice de docentes de tempo contínuo com titulação de doutor e com uma produtividade científica muito acima da média nacional. Apesar das dificuldades, iniciamos recentemente quatro doutorados e dois mestrados novos, tentando completar o quadro de uma pós-graduação modelar. O forte desenvolvimento da iniciação científica na graduação evidencia que também no futuro desejamos continuar pelos rumos da pesquisa.

- *Uma universidade com a atenção voltada para um pluralismo de opções:* A PUC não se pode restringir a um campo do saber. Nela estão presentes as ciências humanas e sociais, do mesmo modo que as chamadas ciências puras e as tecnológicas. Exatamente para preservar esse pluralismo, foram reabertos e reforçados cursos que pareciam declinantes ou em extinção. É o caso, por exemplo, do Serviço Social — uma das três unidades que iniciaram a nossa universidade. O Departamento de Sociologia e Política, herdeiro de uma tradição de luta e pioneirismo da antiga Escola que levava o mesmo nome, é outro exemplo. É igualmente o caso das licenciaturas, com a sua função social insubstituível na formação de professores para o ensino básico. Mas esse pluralismo de opções inclui necessariamente o reconhecimento do pluralismo de métodos e modos de atuar. Na graduação, cabem cursos voltados

basicamente para a profissionalização — como, digamos, o de Direito — e outros cuja orientação fundamental é a da pesquisa — como as chamadas “ciências puras”.

- *Uma universidade participativa, onde todos se sintam engajados:* É o que temos procurado realizar com o processo de planejamento estratégico, no qual participou, de um modo ou de outro, um número muito significativo de professores. É esse também o sentido do processo de avaliação de disciplinas e docentes pelos alunos. É igualmente a nova composição do Conselho Universitário, ampliando a representatividade tanto dos alunos quanto dos docentes eleitos, assim como o estabelecimento de um “Conselho do Reitor”, composto por todos os professores titulares da universidade, para traçar as políticas gerais.

- *Uma universidade consciente de ter no seu potencial humano a sua maior riqueza:* Exatamente para valorizar esse elemento humano insubstituível, foi instituído o plano de complementação de aposentadoria. Também para valorizar o elemento humano, implantamos um plano de cargos e salários do corpo técnico-administrativo. Não se trata apenas de estabelecer tabelas de retribuição salarial, mas de conseguir também estímulos para o progresso e maior formação das pessoas.

- *Uma universidade consciente do seu ser católico:* É claro que não se trata da profissão de fé — prerrogativa inalienável de cada pessoa —, mas da defesa dos valores cristãos e da abertura de um espaço para que ressoe a mensagem cristã, também no âmbito acadêmico.

Todas as realizações que acabamos de enumerar são apenas um início, indicador das metas que almejamos. Nunca nos daremos por satisfeitos, porque nunca seremos perfeitos.

Padre Jesús Hortal, S.J. é reitor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ).

UNIVERSIDADE, PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Antonio Gouvêa Mendonça

O valor da pós-graduação nas universidades brasileiras e o reconhecimento dos avanços nesse campo da educação são tema deste artigo. O autor destaca ainda o papel dos órgãos oficiais de fomento à pesquisa.

O fenômeno galopante da globalização não somente produziu uma universalização vertiginosa de informações extremamente rápidas, para não dizer instantâneas, e, por isso, quase sempre desorganizadas, mas lançou para a universidade o repertório de acompanhar e organizar essas informações transformando-as em conhecimento.

No passado não remoto, a organização sistemática de informações seguia o passo lento com que elas circulavam, circulação ainda restrita quanto ao volume. As informações científicas, as descobertas, exigiam ainda mais tempo porque seu veículo de transmissão era exclusivamente a imprensa. Hoje, estamos sob o impacto da explosão das informações, sejam elas de que natureza forem.

Quem organiza e sistematiza as informações transformando-as em ciência é a universidade, que conta também com a ajuda de instituições autônomas de pesquisa. Podemos nos ater, entretanto, ao papel da universidade nesse processo porque as instituições de pesquisa estão, quase sempre, por meio de seus membros, liga-

dos a ela. Mas, não é somente a organização e sistematização das informações que produz ciência. A pesquisa está necessariamente na origem de tudo o que se faz na Universidade.

A organização, a produção de conhecimento novo, sua divulgação e aplicação tecnológica estão hoje defronte a universidade brasileira. É nesse sentido que devem ser vistas as medidas governamentais recentemente tomadas em relação ao ensino e à pesquisa no País.

ENSINO SUPERIOR E TRANSMISSÃO DE CONHECIMENTO

Durante os governos militares tivemos um *boom* de escolas superiores autorizadas a funcionar. Tais escolas, às vezes isoladas, às vezes organizadas em federações, com uma ou outra exceção, restringiram-se à transmissão de conhecimento em nível pretensamente mais elevado do que o segundo grau. Não é o caso aqui de desqualificar de todo o papel desempenhado por elas. De qualquer maneira, essas escolas vieram ao encontro de certas parcelas da sociedade que, de outro modo, não teriam acesso ao ensino superior.

As universidades, assim como as instituições isoladas de alta especialização, não tinham como absorver o número crescente de jovens que buscavam formação humanística e tecnológica, exigida cada vez mais pela sociedade. De modo quase absoluto, a não ser nas universidades tradicionais e nos institutos especializados, não havia pesquisa, só transmissão de conhecimento.

A NOVA UNIVERSIDADE

Por nova universidade entendemos todas as universidades brasileiras, tanto as tradicionais como as recentemente criadas. A novidade está no novo espírito que devem assumir. O governo, felizmente sensível às novas necessidades nacionais e globais, chamou a comunidade acadêmica e científica a repensar a universidade, começando pela estruturação de um novo órgão máximo de educação, o Conselho Nacional de Educação. Nesse repensar a universidade brasileira, a contribuição de órgãos oficiais de fomento à pesquisa como Capes, CNPq e Fapesp, por exemplo, com sólida experiência em avaliar cursos e acompanhar pesquisas, vem sendo fundamental.

Se os ‘provões’, embora com todas as críticas e restrições feitas, mostraram um razoável perfil do ensino superior no País, que permitiu, desde logo, algumas correções de rota cujos resultados veremos daqui a algum tempo, os cursos de pós-graduação já tinham uma face bem conhecida que foi construída ao longo de pelo menos duas décadas de avaliações. O ‘provão’ não nos deixa muito tranquilo, mas, de acordo com as avaliações do sistema de pós-graduação feitas até aqui, no conceito da própria Capes, “a pós-graduação é reconhecidamente o componente mais bem-sucedido do sistema educacional brasileiro”, segundo o documento em discussão sobre a Reformulação do Sistema de Avaliação da Pós-Graduação.

A Resolução n. 2, de 7 de abril de 1998, do Conselho Nacional de Educação, configura a proposta da nova

universidade brasileira. Elas serão, tanto as tradicionais como as novas, de agora em diante avaliadas segundo critérios que terão como base a atualização de seus docentes pela participação em congressos nacionais e internacionais e, principalmente, pela produção intelectual que consiste na realização de investigação científica, tecnológica ou humanista, tanto em nível institucional como pessoal de seus professores. No geral, presume-se uma inversão progressiva dos conceitos de ensino e pesquisa, isto é, a pesquisa deverá assumir posição condicionante do ensino.

A AVALIAÇÃO DAS UNIVERSIDADES

A Resolução n. 2, do CNE, estabelece parâmetros de avaliação das universidades para fins de credenciamento. Tais parâmetros evidenciam desde logo a inversão acima aludida porque privilegia a produção intelectual institucionalizada, esta entendida como realização sistemática de pesquisa científica, tecnológica e humanista. A

A pesquisa está necessariamente na origem de tudo o que se faz na universidade

comprovação da pesquisa institucional será feita pelos cursos de pós-graduação *stricto sensu* e/ou pela realização sistemática de pesquisa que envolva 15% do corpo docente, principalmente dos doutores, e grupos de pesquisa com linhas definidas.

Os indicadores para a avaliação hão de ser a participação dos docentes em congressos científicos nacionais e internacionais com a apresentação de trabalhos. Os resultados das pesquisas serão comprovadas pela publicação em órgãos cientificamente idôneos.

A PÓS-GRADUAÇÃO

A pós-graduação *stricto sensu* que, no geral, atingiu excelente nível no

MEC PERDE ESPAÇO NO ORÇAMENTO DA UNIÃO

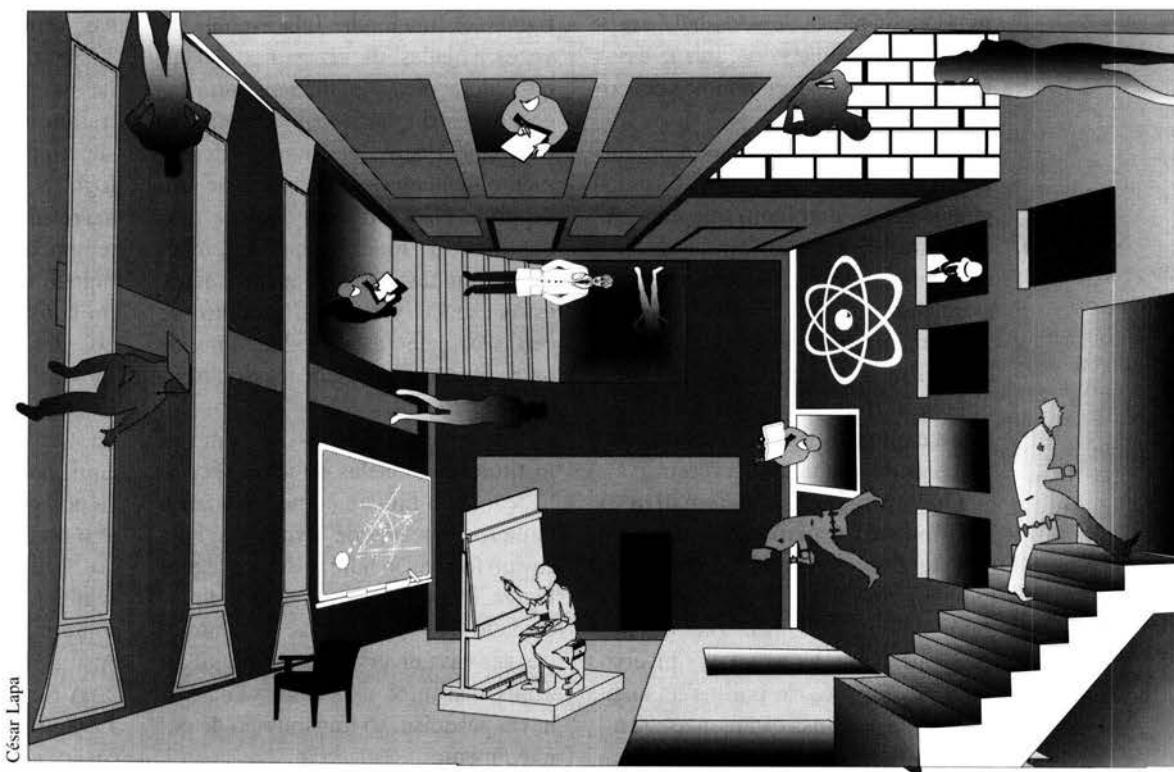
Os gastos com o Ministério da Educação vêm perdendo importância relativa no orçamento do governo federal.

Porcentagem dos gastos da União

1995	R\$ 9.070 bilhões	7,6%
1996	R\$ 9.100 bilhões	6,4%
1997	R\$ 9.600 bilhões	5%
1998 (previsto)	R\$ 10.500 bilhões	5,5%

Segundo os números do orçamento, os gastos com as instituições federais de ensino superior também diminuíram. Em 1995, 4,9% das despesas foram executados por essas instituições. Em 1997, a porcentagem caiu para 3,2%. Em 1998 estão estimados 3,4%.

Fonte: Folha de São Paulo, 8/5/98.



País, continuará a ser componente importante no sistema educacional brasileiro porque passará agora a influir na avaliação da Universidade como um todo. Até agora, a avaliação de um curso não se transferia para o todo da instituição.

A avaliação dos cursos de pós-graduação feita pela Capes envolverá, para efeitos da comprovação da pesquisa institucionalizada, três cursos ou programas. A avaliação segue critérios próprios que evoluíram ao longo do tempo à medida que os cursos avaliados também evoluíram. A interação desses fatores, isto é, a evolução dos cursos e o aperfeiçoamento concomitante dos critérios, contribui decisivamente para a consagração da pós-graduação no Brasil. Nisso, a Capes desempenhou papel decisivo.

Nos primeiros anos desta década, o desenvolvimento da pós-graduação já levara a Capes a rever alguns indicadores para avaliação dos cursos com conceito "A". Entretanto, fechando importante estágio da evolução da pós-graduação, ela se propôs iniciar um novo ciclo, avançando ainda mais no processo de avaliação dos cursos, adotando novos critérios e aperfeiçoando os já vigentes. A avaliação realizada em maio passado já seguiu a nova proposta.

Naturalmente, os critérios fundamentais são sempre os mesmos. Titulação, e especialização, e dedicação do corpo docente, coerência entre a oferta de disciplinas, produção intelectual científica e as linhas de pesquisa, publicação dos resultados em veículos idôneos, fluxo regular da titulação dos alunos, etc., são ainda requisitos básicos. Mas, o novo modelo do Sistema de Avaliação se propôs transpor o antigo em aspectos como superação de um cenário restrito à realidade brasileira, superdimensionamento do mestrado, sistema sequencial entre o mestrado e o doutorado, orientação do sistema para as necessidades do mercado acadêmico, etc.

No conceito da própria Capes, "a pós-graduação é reconhecidamente o componente mais bem-sucedido do sistema educacional brasileiro"

O DESENVOLVIMENTO DA PÓS-GRADUAÇÃO

O novo modelo da pós-graduação, portanto, deve ampliar-se no sentido da inserção dela no contexto mundial da produção do conhecimento científico, da qualificação de maior número de profissionais em menor espaço de tempo, diversificar o atendimento às demandas profissionais estendendo-o ao mercado não-acadêmico, e assim por diante.

Continuam desempenhando papel importantíssimo no apoio à pesquisa agências governamentais, como a Capes, o CNPq e a Fapesp. Quanto ao

CNPq, a adoção recente de nova política em relação à oferta de bolsas de estudo para o doutorado, em que a responsabilidade direta do professor orientador se define pela sua qualificação como pesquisador e pela aceitação do projeto de pesquisa do candidato, ainda está para ser avaliada em seus resultados. Mas, a experiência da Fapesp, cujo sistema funciona nesse molde, permite-nos prever bons resultados.

Este novo momento da vida da universidade brasileira, com sua ênfase na pesquisa institucional, sua inserção na internacionalização do conhecimento científico, assim como a preocupação com o preparo de profissionais altamente qualificados para o mercado não acadêmico como um dos papéis da pós-graduação, permite-nos antever novos rumos para a educação no País.

Antônio Gouveia de Mendonça é professor da pós-graduação em Ciência da Religião da Universidade Metodista de São Paulo.

PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA: NOVA TURMA

KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço e McCormick Theological Seminary (Chicago-EUA) estão oferecendo um curso de pós-graduação lato sensu em Teologia e Ministérios.

A terceira turma terá o curso ministrado em três módulos intensivos, (janeiro de 1999, 2000 e 2001) no Estado do Rio de Janeiro. No interregno dos módulos, os alunos realizam leituras e trabalhos acadêmicos. O programa inclui as disciplinas *Teologia e Bíblia, Teologia e Cultura, Religião e Sociedade, Fé e Política, Teologia e Mercado, Teologia e Ecumenismo, Igreja e Novos Movimentos Religiosos*, além de estudos supervisionados.

Para a inscrição para o primeiro módulo (11 a 29 de janeiro de 1999), os interessados devem solicitar a fi-

cha em KOINONIA e ter concluído curso de graduação (teologia ou outro curso superior afim); o valor da taxa de matrícula é de R\$ 100,00 (cem reais) e o sinal de 50% do custo de hospedagem é de R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais).

As despesas do curso serão assumidas pelos promotores. Os alunos deverão arcar somente com os gastos de hospedagem. NÃO PERCA ESTA OPORTUNIDADE!

Informações:

KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço
Rua Santo Amaro, 129 Glória
22211-230 Rio de Janeiro RJ
Tel.(021) 224-6713
Fax (021) 221-3016
E-mail: koinos@ax.apc.org

A PESQUISA NO BRASIL: DE VOLTA À CLANDESTINIDADE?

Elisabeth Silveira, Lílian do Valle e Nilda Alves

Três almas femininas nos convidam a chorar por nós e por nossos filhos. Relêem o golpe fatal de 1964 sobre a rica e efervescente emergência da pesquisa — golpe inicialmente político contra os cérebros opositores do regime. Passam por uma experiência de ressurreição e nos acordam para o declínio oficial, decretado a canetadas. Da clandestinidade gerada a baionetas e fuzis à clandestinidade revisitada pela “moeda forte” e pela tecnocracia — no estilo profético da denúncia e anúncio — um apelo provocante.

CLANDESTINIDADE: UM PREÇO MUITO CARO

A história recente da ciência e tecnologia se inaugura, no Brasil, como um momento de rara violência: trata-se do radical alijamento de alguns dos mais importantes expoentes da pesquisa e da criação nacionais, levados, por sua oposição ao regime militar, a abandonarem de uma hora para outra sua atividade pública de pesquisa e de formação das novas gerações e, em muitos casos, o próprio país. Por mui-

tos anos, pagou-se muito caro o preço da clandestinidade de cada um daqueles que, em situação normal, deveriam permanecer nos postos de liderança que alcançaram por seus méritos, fazendo frutificar os investimentos sociais neles realizados.

Há que se temer que hoje — quando tantos valores e instituições lentamente erigidos como marcos da vida pública se vêem, de uma hora para outra, questionados, ou demolidos de uma só penada — não se esteja em vias de inaugurar um novo período, não menos sombrio para nossa vida intelectual e pesado em suas renúncias a postos administrativos, a assessorias variadas no setor público e privado, prontamente gratificáveis em espécie e em poder.

Eles cabem, também, em um segundo lugar não menos honroso, às políticas implementadas para o fomento e o apoio da atividade de pesquisa e de formação em nível de pós-graduação, basicamente desenvolvidas, em nosso país, através de duas instituições: o CNPq e a Capes. Seria preciso um discurso mais competente do que o nosso para avaliar a significação das inversões realizadas, ao longo das últimas décadas, na pesquisa e na formação para a pesquisa. Não parece, porém, muito arriscado dizer que, à exceção de algumas áreas, consideradas “estratégicas” para o desenvolvimento nacional, os êxitos dificilmente poderão ser atribuídos à abundância de recursos, mas antes à forma e às condições pelas quais foram administrados. E, de fato, o grande mérito das políticas implementadas deveu-se a uma espécie de parce-

ria bem sucedida, além de inédita entre administração pública e meio acadêmico.

DA “FUGA DE CÉREBROS” À FIGURA DE EXCEÇÃO

Tratou-se — a partir do marco zero instalado pelo que acabou ficando conhecido como a grande “fuga de cérebros” provocada pelo regime militar — mais do que simplesmente de regular ou de viabilizar, de *instituir* ou, em muitos casos, de *reinstituir a partir do zero* a pesquisa: valor e prática concretas. Ora, instituir a pesquisa é, também, necessariamente, instituir os procedimentos e estratégias de permanente formação dos quadros que deverão praticá-la, seja nos centros de formação — instituições de pesquisa e de ensino superior —, seja diretamente nos tais “setores estratégicos” da vida nacional. Os desafios eram, sem dúvida, de monta: em alguns casos, remediar as lastimáveis implicações de uma tradição precocemente interrompida; em outros, vitalizar domínios em que, justamente, essa tradição jamais havia chegado a se implantar. E mais: era preciso lidar com toda essa disparidade, que não somente reproduzia o desenvolvimento histórico e o estado conjuntural de diferentes áreas de saber, mas traduzia as próprias singularidades que as investiam.

Sem dúvida, a política adotada para a pós-graduação e pesquisa aparece, no cenário educacional e, mesmo, na vida pública brasileira como figura de exceção: por uma vez, as iniciativas governamentais não se constituíram a partir da vontade ou da

criatividade de especialistas mais ou menos inspirados, mas resultaram de um lento trabalho de discussão, de construção e de reconstrução que teve como interlocutor privilegiado o próprio alvo da política implementada: o meio acadêmico. É sobre essa exceção, em que consistiu e em que impliou, que vale a pena insistir.

Talvez a melhor forma de ilustrar o que qualificou essa política seja a estrutura construída, tanto na Capes quanto no CNPq, para o chamado fluxo de decisões: ambas as instituições organizaram-se em torno de avaliações e julgamentos concebidos e levados a cabo por comitês que reuniam membros eleitos da própria comunidade acadêmica. Isso assegurou, de imediato, legitimidade formal das decisões e iniciativas, ao mesmo tempo que garantiu, também, a existência de fóruns de discussão e de deliberação coletivas, que funcionavam, por si sós, como poderosos agentes de instituição dos valores, das diretrizes, das estratégias e políticas de pós-graduação e de pesquisa. Uma prova contundente é que muitos dos critérios e dos procedimentos estabelecidos pelas duas agências foram posteriormente adotados nas universidades e centros de pesquisa — dessa experiência normalmente resultando novas idéias, novos questionamentos que, comunicados ao seu órgão de origem, resultavam também aí em aprofundamentos e avanços.

Por outro lado, os comitês asseguravam a existência de uma estrutura que conseguia se fazer unificada, não só do ponto de vista das diferenças regionais, mas também em relação às diversas áreas de pesquisa: o que só poderia ter sido viabilizado pela extraordinária flexibilidade concedida aos sistemas pela força dos comitês.

QUALIDADE DA PÓS-GRADUAÇÃO

No caso da pós-graduação, cujo desenvolvimento, apoio e avaliação era, e ainda é, tarefa eminentemente da Capes, a integração interinstitucional (cujos estreitos limites quase sempre penalizaram as instituições de ensino superior) era a marca e a força dessa instituição; as avaliações, realizadas pelos pares, não somente eram assim legitimadas, mas, expostas a permanentes reajustes e aprimoramentos, também realizavam sua tarefa instituinte. Através dessas, a qualidade da pós-graduação foi sendo definida como critério para o apoio aos Cursos — notadamente por meio das “taxas de bancada”, financiamento direto para o equipamento das instituições, definido pelo número de bolsas concedidas aos Cursos, por sua vez diretamente relacionadas à sua avaliação institucional.

Mas é claro que, em um primeiro momento, a evolução do sistema de pós-graduação — de mestrados e doutorados — dependeu, basicamente, do intensivo fomento da capacitação de quadros docentes aptos a concretizá-la. Isto se traduziu, na prática, pela instauração da carreira de pesquisador. Em um primeiro momento, caracterizada pela formação no exterior, culminando na instalação de novos programas de pós-graduação, capazes, senão de ombrear, ao

menos de dialogar com seu pares estrangeiros. Num segundo momento, pela autonomia da pós-graduação no País, levando ao estabelecimento de vias de acesso diferenciadas. Além da pós-graduação, a inserção em grupos de pesquisa que, sobretudo pela ação do CNPq, aos poucos foram se enraizando, graças à concessão de bolsas que contemplavam os diversos estágios da carreira do pesquisador: o primeiríssimo estágio, quando da realização do curso de graduação (a chamada bolsa de “iniciação científica”); o período imediatamente posterior, quando, já havendo descoberto sua vocação para a pesquisa, o aluno prepara-se para o aprofundamento de seus estudos e de sua experiência (a



Os docentes, cada vez mais desprovidos dos recursos que lhes permitem aperfeiçoar e enriquecer a vida intelectual, clamam e protestam contra o poder da tecnoburocracia

bolsa de “aperfeiçoamento”); em seguida, as bolsas de mestrado e de doutorado, que permitem aos beneficiários dedicar-se exclusivamente (ou quase, pois os valores, na verdade, sempre alimentaram certa hipocrisia) à sua formação; e, por fim, o estágio de inserção profissional, para o qual se reservaram as bolsas de “recém-doutor”. Estas garantiam ao novo diplomado um vínculo decerto precário nas instituições de formação e de pesquisa, mas, sobretudo também, a possibilidade de esperar a oportunidade de acesso definitivo no quadro profissional.

Muitas situações? Elas, porém, espelham com clareza as numerosas etapas, igualmente desafiantes, de uma trajetória de pesquisa. E demonstram que a formação para a pesquisa que não se faz por milagre, mas deve seguir um ritmo nem sempre determinável, padronizável, previsível.

PESQUISA EM DECLÍNIO

Provavelmente, foi por aí que tudo começou a desandar: porque, considerado assim friamente, há uma contradição propriamente indissolúvel entre, por um lado, as exigências ferozes da rentabilidade, do mercado, da produtividade empresarial, da administração de resultados e, por outro, a formação para a pesquisa, especialmente em um país que não pode se orgulhar, infelizmente, de haver garantido um mínimo de qualidade aceitável em seus cursos de primeiro, segundo e terceiro graus. Pois, se às exigências capitalísticas interessa o parco lucro imediato, às exigências de formação para a pesquisa interessam



O governo Fernando Henrique Cardoso, apesar de centrado na imagem do líder acadêmico, catedrático, tem sido marcado pelas medidas de restrição e desestímulo à pesquisa

evidências mais do que subjetivas de generosos lucros futuros. O problema é de tempo. E foi pela questão do tempo — relacionada, é claro, àquela dos recursos — que tudo começou a ruir.

O primeiro sintoma foram as pressões para o encurtamento dos cursos. É bem verdade que era preciso definir um prazo-limite, pois, em um primeiro momento, e em muitos casos, o tempo de duração — o chamado “tempo de integralização” dos cursos — tornava inviável a própria pós-graduação. Mas, em seguida, quando enfim se pôde determinar um tempo máximo para a realização dos cursos — por meio das sanções efetivadas através de sucessivas avaliações, das quais dependiam as verbas e as bolsas dos mesmos cursos — parece que o apetite tecnocrático tornou-se incontrolável e, nos últimos três anos, no máximo, o tempo de integralização do mestrado caiu de quatro para dois anos, e o de doutorado de oito para três anos. Mas aonde essa ânsia de rapidez vai nos levar? Sem dúvida, ao barateamento total de cursos que, já antecipadamente, lidavam com a difícil missão de formar, para a pesquisa, contingentes cada vez mais des-

O problema é de tempo. E foi pela questão do tempo — relacionada, é claro, àquela dos recursos — que tudo começou a ruir

preparados para a simples reflexão. No final das contas, leva-nos para mais uma retração do Estado — mais uma abdicação de suas tarefas públicas essenciais — no que se refere à formação de quadros *realmente capazes* de colocar sua criatividade e seu talento a serviço de nossa sociedade.

Assim, o quadro de restrições que as agências de financiamento vêm impondo às instituições de formação e de pesquisa não pode ser mais desolador. Elas indicam, com clareza, um movimento de desinvestimento na pesquisa e na formação cujos piores reflexos talvez não sejam os imediatos, mas aqueles que se consolidarão quando, de novo, toda uma geração de pesquisadores for declarada clandestina em nosso país. O que será mais dramático, restaria perguntar,

matar a vocação já realizada, ou então, *ab ovo*, as gerações que jamais poderão demonstrar sua capacidade?

É isso que vai sendo indicado nas medidas infelizmente adotadas pelas duas agências: de forma geral, elas apontam para o *mais absoluto desrespeito pela visibilidade e legitimização de critérios de avaliação e discriminação das verbas*, que caracterizou o antigo sistema e que garantiu, como vimos, a instituição dos valores da pesquisa; especificamente, elas realizam uma *redução ao privado*, proclamando seu total desinteresse pelas instituições, e sua decisão de investir em *individualidades*.

"INICIATIVAS" E CLANDESTINIDADE

Assim, no que se refere ao CNPq, são essas as "iniciativas" do governo Fernando Henrique:

• **Extinção total dos financiamentos diretos aos cursos**, até então realizados através das "taxas de bancada". Extintos no Mestrado, esses investimentos, bastante reduzidos em seu valor, serão concedidos, em proporção e grandeza não divulgadas, àqueles julgados aptos entre os orientadores dos cursos de Doutorado;

Repare-se que não há mais critérios visíveis de concessão dessas bolsas, em sua repartição por áreas e por cursos; além disso, os orientadores credenciados serão, a princípio, aqueles que já se credenciaram junto ao sistema. Como então poderão os novos orientadores competir com aquelas reputações instituídas — nem sempre as melhores, mas que têm as bolsas de Doutorado em suas mãos? Por outro lado, os orientadores, para fazerem jus às bolsas, deverão submeter seus próprios projetos (já apresentados para a avaliação dos cursos, e para a concessão de bolsas de pesquisa) a uma nova avaliação do CNPq. Isto, no mínimo, significa uma redundância para os pesquisadores e um acúmulo — ao que parece, totalmente inviável — de trabalho para os técnicos do CNPq, atualmente estrangulados pelo fluxo a cumprir. Alguma

coisa, entretanto, foi tornada visível: o CNPq trabalhará, segundo a nova orientação, a partir da "demanda induzida" dos estados. Assim, fica evidente que, além dos critérios imediatistas que valorizam o financiamento das pesquisas "aplicadas", em detrimento das "básicas" (como se umas pudesses viver sem as outras), a política de investimentos em pesquisa deverá, daqui por diante, dobrar-se ainda aos desmandos e casuísticos das políticas regionais.

• **Total confinamento do investimento da pesquisa em grupos** já instituídos, com congelamento absoluto de toda e qualquer expansão:

O interesse é, proclamadamente, de investir nos grupos de pesquisa, e não nas instituições — como se houvesse, entre esses dois níveis do trabalho coletivo, uma contradição, ou quase pretendendo que exista. O CNPq havia tentado instituir, há alguns anos, a idéia de "pesquisa integrada", associando intérlocutores de diferentes instituições, em um mesmo grupo de pesquisas composto por pesquisadores em diferentes momentos de suas carreiras. Esta concepção

foi, ultimamente, extirpada, como se cada pesquisa suportasse apenas, a cada vez, um pesquisador (doutor, professor de pós-graduação) — assim, tombaram por terra todas as pesquisas interdisciplinares e, por assim dizer, de ponta no País. Quanto às bolsas que permitem que um pesquisador se estabeleça, organizando seu próprio grupo de pesquisas, estão há muito congeladas, ainda que sejam elas, até hoje, que dêem acesso à carreira de orientação de pesquisa; assim, para além dos grupos de pesquisa já identificados, pouca chance há de que grupos emergentes venham a se estabelecer.

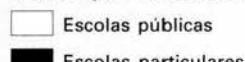
Os grupos emergentes estão condenados à clandestinidade; e, da mesma forma, extinguindo-se as bolsas de aperfeiçoamento, deverão cair na clandestinidade aqueles que insistirem em fazer pesquisa, e que não obstante: hajam concluído a graduação e, por força, mesmo, do encurtamento dos cursos, não se sintam ainda aptos a realizar um Mestrado; hajam concluído o Mestrado e, por força, mesmo, do encurtamento dos cursos, não se sintam ainda aptos a realizar

PERFIL DO DOCENTE UNIVERSITÁRIO NO BRASIL

ONDE ESTÃO OS DOCENTES



FORMAÇÃO DOS DOCENTES



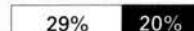
Só graduação



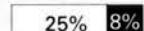
Especialização



Mestrado



Doutorado



Fonte: Folha de São Paulo, 7/6/1998.

Em pouco, será infelizmente evidente que acabamos por exilar, em nosso país, mais uma vez, a condição de pesquisador à mais total clandestinidade

um Doutorado; hajam concluído o Doutorado e não consigam se estabelecer como Coordenadores de Grupos de Pesquisa nem possam, entre pesquisadores mais antigos, assegurar a possibilidade de bolsa para sua atuação, uma vez que só são concedidas bolsas para um Coordenador;

No que se refere à Capes, são as seguintes as medidas restritivas impostas no governo Fernando Henrique:

- **Corte radical das bolsas** até então concedidas — de Doutorado, de Mestrado, além da extinção do PET (Programa Especial de Treinamento, voltado para a graduação);

- **Extinção das taxas acadêmicas** (asseguradas aos cursos em função do número de bolsas e, portanto, de sua avaliação) “substituídas” pelo Proap (Programa de Apoio à Pós-Graduação) que, além de repassar aos cursos valores bem menores do que anteriormente, introduz restrições tais para sua utilização que esses financiamentos já não mais beneficiam os mesmos cursos em geral (por meio de despesas de capital, que incluem desde livros até equipamentos), mas apenas despesas de custeio (consumo e serviços) que deverão ser empregadas no

âmbito particular dos Grupos de Pesquisa já instituídos.

- **Abandono da política que, até aqui, privilegiou a visibilidade**, a estabilidade e a validade inter-áreas dos critérios para a concessão de bolsas, tanto no que se refere ao número de bolsas concedidas por curso, quanto por área de conhecimento.

- **Estabelecimento, de forma unilateral e impositiva, de um “prazo-límite”** de cinco anos (idealmente, quatro) para a conclusão de Mestrado + Doutorado, o que parece, na verdade, uma tentativa de forçar o desaparecimento dessa etapa em que se constituem os mestrados, ou, ao menos, forçar seu barateamento, já que a “tendência” é estimular os mestrados sem dissertação (*sic*).

- **Ao menos no que se refere à área da Educação, abriu-se, ainda, um triste precedente na dinâmica de composição dos Comitês da Capes**: até este momento, o coordenador e o comitê de avaliação dos cursos eram eleitos pelos programas, por meio de listas de indicações por esses constituídos; os indicados não-eleitos passavam à condição de consultores. Neste ano, o coordenador escolheu o Comitê sem qualquer atenção à comunidade acadêmica. Mais ainda: rompendo o compromisso de valorização das universidades públicas e também a proporção nacional entre Programas de Pós-graduação públicos e privados, impôs-se um Comitê que tem quase a metade de seus membros representados pelas instituições privadas católicas (PUCs). Além disso, esse comitê passou a tomar decisões de forma absolutamente unilateral, adotando novas regras e critérios que já não contam com qualquer concordância por parte da comunidade acadêmica.

Assim, pode-se resumir a “nova política adotada” para a Pós-Graduação e Pesquisa no governo Fernando Henrique pelos seguintes pontos:

- **Decisão de diminuir drasticamente a duração dos cursos** de pós-graduação, sem qualquer preocupação de

compatibilizar os novos prazos com as exigências de qualidade e a consideração da realidade brasileira;

- **Valorização exclusiva dos grupos de pesquisa já instituídos**, e fechamento de todos os espaços não só para a emergência de novos grupos e de novos pesquisadores, mas também de trabalho integrado entre grupos de pesquisa;

- **Instituição de um culto à individualidade**: definição, ao que parece uma vez por todas, dos pesquisadores que terão condições de trabalhar plenamente nas pós-graduações (com bolsas para seus alunos) e de pesquisar, mantendo seu próprio grupo, e daqueles que deverão, daqui por diante, ser marginalizados no próprio seio da vida acadêmica; é evidente que esse desvio elitizante vem junto com um total desprezo pela construção coletiva que forçosamente caracteriza os cursos de qualidade, e que edifica as instituições de ensino e de pesquisa, de um modo geral;

- **Inviabilização, pelos cortes e pelas extinções das bolsas**, do acesso e da fixação de novas vocações de pesquisadores, e consequente elitização da pesquisa e da pós-graduação no País;

- **Adoção de uma política autoritária em seus métodos e procedimentos**, obscurantista em suas finalidades (a busca de resultados “immediatos”), que, efetivada, seguramente causará profundos danos não somente à pesquisa, mas à vida intelectual brasileira e à formação das próximas gerações.

É esse o panorama. É possível que, diante do quadro atual, os burocratas de serviço ainda reclamem para si os êxitos passados, mas, em pouco, será infelizmente evidente que acabamos por exilar, em nosso país, mais uma vez, a condição de pesquisador à mais total clandestinidade. Com o preço que ainda teremos a pagar.

Elisabeth Silveira, Lílian do Valle e Nilda Alves, professoras doutoras, coordenadoras de grupo de pesquisa e orientadoras do Programa de Pós-Graduação em Educação da UERJ.

Uma reunião da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) chamou a atenção de centenas de organizações da sociedade civil de vários países do mundo. Na pauta a aprovação de uma proposta de Acordo Multilateral de Investimentos (*Multilateral Agreement on Investment*): uma série de novas regras voltadas para os direitos dos investidores estrangeiros — as multinacionais e as transnacionais; e um processo liberalizante sem precedentes. No último encontro (27 e 28 de abril) nenhuma decisão foi tomada, pois a pressão de mais de seiscentas ONGs da Europa e dos Estados Unidos e a reação de vários parlamentos provocaram o adiamento da assinatura do acordo. Num primeiro momento, as organizações acreditaram que haviam conseguido barrar a assinatura do AMI; todavia, uma das decisões tomadas nesta última reunião da OCDE é uma pausa nas negociações e a possibilidade de que o Acordo passe a ser discutido dentro da Organização Mundial do Comércio (OMC).
O Acordo começou a ser elaborado em 1995, mas somente no final de 1997 foi tornado público. Apenas os governos participantes e os observadores sabiam de sua existência. O vazamento da informação provocou uma mobilização sem precedentes no mundo.

PERIGO LIBERALIZANTE SEM PRECEDENTES

A possibilidade de que a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) aprove o Acordo Multilateral de Investimentos — uma série de regras relacionadas aos direitos de investidores estrangeiros — coloca em risco a democracia e a soberania nacional e tira dos Estados o direito de legislar. ONGs e alguns países têm se manifestado contrários ao Acordo. Este artigo analisa, a partir das lutas das populações indígenas de Chiapas (México), as bases do documento e as consequências dessa abertura “sem precedentes”.

O Acordo Multilateral de Investimentos (AMI) tem a pretensão de constituir-se num único acordo internacional e está sendo negociado a portas fechadas entre os 29 países membros da Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico (OCDE) desde a reunião ministerial de maio de 1995 (no México nem a Secretaria de Comércio e Finanças nem a Secretaria de Fazenda e Crédito Público informaram a respeito de tais negociações). Para os defensores do AMI, esse tratado in-

ternacional é um passo necessário para a liberação mundial da economia, enquanto para os críticos ele significa um passo a mais na escalada de pobreza e marginalização mundiais.

Segundo a OCDE trata-se de criar condições similares para os investimentos internacionais, com “normas uniformes para o acesso ao mercado e à segurança legal”, “com regras para a eliminação das barreiras aos fluxos de investimentos e facilitar uma adjudicação de recursos econômicos mais eficiente”.

Suas justificativas podem ser resumidas em seis pontos: 1) Os investimentos constituem uma característica central da globalização; 2) Os investimentos aumentaram mais rapidamente do que o comércio de bens e serviços; 3) Não existem regras internacionais (mundiais) gerais para os investimentos; 4) Os tratados bilaterais comerciais e de investimentos entre alguns países não se adaptam plenamente às necessidades mais amplas dos investimentos; 5) A Organização Mundial de Comércio (OMC) não contempla a negociação de um acordo sobre investimentos; 6) O AMI reduziria a rede de acordos bilaterais ou a necessidade de negociá-los se já se dispõe de um Acordo Único.

O AMI, portanto, “melhoraria a eficiência dos fluxos de investimentos mundiais e daria aos investidores condições equitativas nos países onde venham a investir. O secretário-geral da OCDE, por outro lado, afirma que por “instinto” se espera que o AMI conduza à “eliminação da pobreza, da miséria e das enfermidades em todo o mundo nos próximos vinte anos”.

CARACTERÍSTICAS DO AMI

Alcance: O investimento (“todo tipo de valor que pertença ou seja controlado direta ou indiretamente por um investidor”) pode incluir todo tipo de bens tangíveis ou intangíveis, móveis ou imóveis, propriedades (territoriais, águas internas e os mares territoriais) e outros interesses de uma empresa (que poderiam ser, patentes sobre a vida, privatização de plantas, animais e partes humanas) que lhe permitam participar na renda ou nas utilidades, direitos de propriedade intelectual, direitos emanados de contratos tais como de concessão e licenças, direitos conferidos pela lei de um país e qualquer promessa de capital ou bens para o território da outra das partes do acordo, na perspectiva da obtenção de lucros. Procura-se uma definição bem ampla uma vez que as formas de investimento mudam muito rapidamente. (...)

O AMI tem a pretensão de constituir-se num único acordo internacional e está sendo negociado a portas fechadas entre os 29 países-membros da Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico (OCDE)

Ausência de discriminação: O país receptor daria tratamento nacional, ou de Nação mais Favorecida (NMF), a todos os investidores com o objetivo de obter competitividade igual. OAMI não se opõe a que os países regulamentem suas economias internas, mas “sempre e quando não discriminem os investidores estrangeiros”.

Liberalização: Eliminar todas as barreiras ao investimento estrangeiro e à liberalização setorial; a eliminação da

seleção, a participação e a privatização não-discriminatórias são três objetivos importantes do AMI para o acesso ao mercado. Aos investidores estrangeiros se lhes dará pleno acesso aos bens privatizados do Estado, permitindo-lhes participar desde o começo e sem restrições. Ou seja, não apenas o direito a uma porcentagem, por parte do investimento estrangeiro em estradas, por exemplo, ou em outros setores de modo a proteger a “soberania”.

Exceções: Muitos países gostariam de proteger algum setor de sua economia, mas para o AMI estas exceções devem: a) limitar-se às medidas existentes que afetam seu “direito” de estabelecer o investimento apenas, não o seu tratamento depois que o investimento foi feito; b) estarem sujeitas a uma eliminação gradual; c) estarem estruturadas de tal maneira que evitem a sua ampliação, antes caminhem para a sua eliminação.

A tendência é para que um país não permita uma segregação setorial ampla. OAMI considera as exceções “expansionistas” e “imprecisas”, como as relativas à “cultura”, como destruidoras e debilitadoras de uma ampla gama de investimentos. Quanto mais concreta e específica for uma exceção, maior liberação *de facto* ocorrerá. Por outro lado, é possível que contenha critérios específicos para não reduzir algumas normas internas dos países (como no caso do meio ambiente, por exemplo) de modo a atrair investimentos.

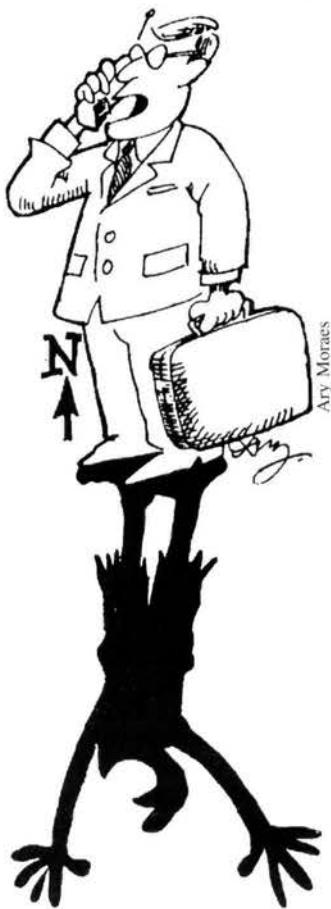
Exigências para a operação: Para o AMI, algumas exigências operacionais distorcem o mercado e o investimento, razão pela qual devem ser eliminadas ou proibidas. Por exemplo: requisitos de conteúdo nacional do investimento que algum país possa impor; exigências de produção nacional; exigências relativas ao equilíbrio da balança comercial (solicitação ao investidor de certa quantidade de exportação para equilibrar as importações que venha a fazer); exi-

CORPORAÇÕES TRANSNACIONAIS EXPANDEM PODER

É tamanho o poder a ser dado às corporações transnacionais, caso o MAI venha a ser assinado, que o Fundo Monetário Internacional está agora se articulando para seguir os mesmos poderes, levando-o para ser inserido dentro de sua estrutura. O FMI está querendo expandir seu mandato, o que significa que pretende negociar, com todos os países-membros, o seu comprometimento para requerer a liberação total do fluxo de capital nos acordos realizados com os Estados.

Nesse caminho, em acordos que já vêm sendo estabelecidos pelos países, um exemplo de como as corporações podem se sobrepor aos Estados é o do governo canadense. No início de abril de 1997, o Congresso canadense proibiu a importação e o transporte interestadual de um derivado da gasolina (MMT) produzido por uma empresa norte-americana, Virgina, parte da corporação Ethyl Corporation. O MMT é um produto altamente tóxico que poderia trazer graves danos à saúde da população, caso entrasse em contato com o ar. A Ethyl Corporation respondeu, poucos dias depois, dizendo que houve um desrespeito ao acordo do Nafta e que, com isso, teve um grande prejuízo. A empresa entrou com um processo contra o governo canadense requerendo uma indenização de U\$ 251 milhões para “cobrir os custos da expropriação da produção e de sua boa reputação”.

Fonte: Inesc/Ágora.



mo o pessoal técnico e consultores. Obriga os países a permitirem a entrada e a permanência das pessoas que são "fundamentais" para o funcionamento de um investimento e aos membros de sua família imediata. Os cônjuges do pessoal-chave poderão trabalhar no país onde se está processando o investimento.

Informação: Livre circulação de dados, levando-se em conta o respeito à sua intimidade no que se refere ao fluxo transfronteiriço da informação.

Expropriação: Proteção aos investidores estrangeiros contra a expropriação direta e indireta e à nacionalização que um governo possa pretender. A expropriação deverá ter uma finalidade pública, que não seja discriminatória, e que se recompense ao investidor de maneira oportuna, devida e efetiva.

Tratamento justo e equitativo: Os investidores desejam normas no desen-

O acordo gera muitos problemas em matéria de direitos trabalhistas e normas sobre o meio ambiente, além de eliminar a autonomia de um governo para planejar o próprio desenvolvimento nacional

gências de transferência de tecnologia; e outras barreiras. As empresas se negam a aceitar a transferência de tecnologia ou as restrições de montagens no estrangeiro como o preço a pagar para a obtenção de direitos ou para conseguir participação nos programas de pesquisas e desenvolvimento financiados pelo governo de algum país.

Remessas financeiras: Liberá-las com o objetivo de obter as divisas para os próprios investidores. Inclui a repartição de utilidades, pagamentos de capital e juros, benefícios derivados da liquidação ou venda do investimento, gastos de administração e licenças e pagamentos de importações.

Pessoal: O AMI estabelece que todo investidor tenha o direito de nomear e mobilizar o pessoal-chave, até mes-

volvimento do direito internacional. Entrar em todos os setores do investimento. Eliminar qualquer elemento que condicione o investimento, como por exemplo o compromisso de exportar uma quantidade determinada de produto (para equilibrar a balança comercial) ou de comprar uma quantidade determinada de seu conteúdo no mercado local (país anfitrião) e controlar a política fiscal. Igualmente, criminalizar o suborno estrangei-

O QUE É A OMC ?

Com sede em Genebra (Suíça) a Organização Mundial do Comércio tem por objetivo promover e regular o comércio entre países. Foi criada em janeiro de 1995, em substituição ao Acordo Geral de Tarifas e Comércio (Gatt), que já realizara várias rodadas de negociações multilaterais para a redução de barreiras comerciais. Em 1997, a OMC contava com 132 membros.

As principais atividades da OMC são supervisionar os acordos assinados, criar um fórum para negociações mercantis multilaterais, resolver disputas comerciais e promover a cooperação com o FMI e o Banco Mundial.

A OMC procura evitar que seus membros favoreçam produtos nacionais em detrimento dos estrangeiros ou privilegiem produtos de determinados países em prejuízo dos demais. O prestígio da OMC vem crescendo. Calcula-se que possa se tornar o mais importante organismo supranacional da atualidade, superando o Banco Mundial e o FMI.

Fonte: Almanaque Abril 1998.

ro, de modo que empresários poderão ser presos por subornar funcionários públicos de outros países.

Monopólios: O AMI propugna pela desmonopolização de setores, mesmo aqueles que, num país, são mantidos por uma empresa ou pelo governo. Pretende proibir o tratamento preferencial para as empresas estatais e para os consórcios industriais organizados pelos governos.

Controvérsias: Quando um país dei-



xar de cumprir seus compromissos, os investidores estrangeiros poderão convocar um processo de arbitragem obrigatória demandando os governos num tribunal internacional vinculante. É provável que sejam associadas ao AMI as normas da OCDE para as empresas multinacionais que contêm um código geral de conduta para essas companhias, mas cujo cumprimento não tem caráter obrigatório. O AMI tende a beneficiar somente os investidores estrangeiros que poderão até mesmo processar os governos por debater temas que podem manchar sua reputação (valor intangível) e exigir compensação pela "expropriação" de sua boa imagem para cobrir os custos de reparação (publicidade).

Tempo: O país que venha a assinar o AMI não poderá retirar-se do acordo antes de cinco anos, e todos os compromissos no âmbito do AMI durarão pelo menos quinze anos.

OBSTÁCULOS À IMPLEMENTAÇÃO DEFINITIVA DO AMI

Os países envolvidos na elaboração do AMI, especialmente os Estados Unidos, estão preocupados com algumas questões que emperram a liberação multilateral, tais como:

a) que alguns países incluem isenções para a proteção cultural ou "indústri-

as culturais" (desde telecomunicações e radiodifusão a livros e obras artísticas e literárias e à indústria do espetáculo, mas que também poderiam ser aplicadas à indústria da informática e à Internet);

b) isenções que ponham em perigo a organização regional de integração econômica (como a unificação europeia);

c) que não se outorgue 100% de propriedade ao investimento estrangeiro (o Japão não permite mais de 20% para o investimento estrangeiro na NTT – *Nippon Telegraph and Telephone*);

O acordo prevê eliminação de todas as barreiras ao investimento estrangeiro

d) a corrupção e o suborno comercial estrangeiro que desequilibram a "competição equitativa". Para isso se está desenvolvendo uma legislação internacional para criminalizá-los e eliminar a falta de tributação fiscal do suborno a partir de 1998;

e) exceções de uns países e privilégios e preferências para outros;

f) o controle da capacidade dos Estados Unidos de impor medidas extra-territoriais (como a Lei Helms-Burton).

Entretanto, outros problemas relacionados são dignos de menção. Nos Estados Unidos a lei sobre energia atômica permite somente a estadunidenses dedicar-se a certas atividades relacionadas com o funcionamento das centrais de energia nuclear e as leis de radiodifusão exigem que as estações de televisão sejam de propriedade de estadunidenses. Os Estados Unidos tampouco aceitam limitações em sua capacidade de proteger seus interesses básicos de segurança ou de abordar com eficiência as ameaças de

O QUE É A OCDE

A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é um fórum para a coordenação política, econômica e social dos 29 países-membros. Juntos, eles produzem dois terços de todos os bens e serviços do mundo – daí serem conhecidos como "o clube dos ricos". Um dos objetivos da OCDE é estimular investimentos nos países em desenvolvimento.

Foi criada em setembro de 1961 para substituir a Organização para Cooperação Econômica Européia, que desde 1948 administrava a ajuda dos EUA e do Canadá para a reconstrução da Europa no pós-guerra, sob o Plano Marshall. Com sede em Paris, a OCDE possui um conselho formado por um representante de cada país, que se reúne anualmente. A organização conta ainda com cerca de duzentos grupos e comitês de estudos que produzem estatísticas e publicações em áreas como agricultura, meio ambiente, educação, comércio e investimentos estrangeiros.

Países-membros: Alemanha, Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, França, Grécia, Irlanda, Islândia, Itália, Luxemburgo, Noruega, Holanda, Portugal, Suécia, Suíça, Turquia e Reino Unido (1961); Japão (1964); Finlândia (1969); Austrália (1971); Nova Zelândia (1973); México (1994); República Tcheca (1995); Coréia do Sul, Hungria e Polônia (1996).

Fonte: *Almanaque Abril 1998*.

outros países que infringem o direito internacional.

Atualmente existem muitos países que oferecem sérias restrições ao investimento estrangeiro direto em diferentes setores: nos meios de difusão (Argentina, Bahamas, Brasil, Chile, República Dominicana, Equador, Honduras, Panamá e Venezuela); na extração e produção de petróleo (Costa Rica, República Dominicana e Paraguai); na energia atômica (Brasil, Estados Unidos e Trinidad y Tobago); no transporte aéreo (Bahamas e Brasil); nos setores vinculados à mineração (Costa Rica, República Dominicana e Guatemala); nas atividades bancárias (Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Paraguai e República Dominicana); no transporte aéreo e marítimo (Honduras e Paraguai); na geração e distribuição de gás e eletricidade (Bahamas); na exploração de petróleo (Guatemala e Honduras); em rádio e televisão (Costa Rica); nas pequenas indústrias hoteleiras (Bahamas); na pesca (Brasil, República Dominicana e Venezuela); nos seguros (República Dominicana, Honduras e Venezuela); etc. Todas essas restrições desaparecerão com o AMI.

CRÍTICAS AO ACORDO MULTILATERAL DE INVESTIMENTOS

Organizações não-governamentais (ONGs) de cerca de trinta países, entre os quais Canadá, Estados Unidos, países da Europa, Ásia e África e outros muitos atores vinculados à pesquisa e ao desenvolvimento oferecem as seguintes críticas ao AMI:

1. falta de transparência nas negociações desde setembro de 1995 e ausência de consulta pública;
2. ausência de uma avaliação do impacto social e ambiental;
3. que se trata do “acordo mais importante e potencialmente mais nocivo que se preparou sobre investimentos estrangeiros”;
4. os governos perdem soberania e capacidade de decisão e controle sobre a economia de seus países;
5. importantes setores estratégicos de um país são postos em mãos estrangeiras;
6. o acordo gera muitos problemas em matéria de direitos trabalhistas e normas sobre o meio ambiente;
7. concentra mais renda e riqueza em poucas mãos;
8. não define obrigações para os investidores;
9. encobre legalmente a chamada “fuga de capitais”;
10. para captar os investimentos os governos concorrerão diminuindo seus impostos, o que equivale diminuir os serviços estatais, menos a polícia e o exército, que são parte das condições que devem oferecer ao capital;
11. destruirá as pequenas e médias empresas, provocando a “desindustrialização” nos países sobdesenvolvidos, inclusive de algumas grandes empresas nacionais;
12. gera a tendência de um “regime neocolonial aplicado ao Sul”;
13. “descapitalizará” os governos;
14. reduzirá a poupança nacional;
15. provocará a “desnacionalização” quando o capital investido pertencer aos estrangeiros;
16. os governos vão ter que renunciar a todos os seus direitos;
17. desaparecerão as empresas de capital misto e as vantagens para os cidadãos nacionais;
18. com a ausência de restrições para os investidores estrangeiros, estes poderão comprar terras, propriedades, imobiliárias, atividades de serviços, finanças, agricultura, mineração, construção e manufaturas, e vão se impor na economia nacional;
19. os governos perderão importantes instrumentos de política macroeconômica;
20. ocasionará sérias consequências para a cultura nacional, já que os estrangeiros poderão se apropriar dos meios de difusão e dos setores de comunicação e informação;
21. o acordo elimina a autonomia de um governo para planejar seu desenvolvimento nacional; etc.

Dante desse Acordo Multilateral

A PARTICIPAÇÃO DOS PAÍSES NÃO-MEMBROS DA OCDE

Estônia, Lituânia e Letônia juntaram-se à Argentina, Brasil, Chile, Hong Kong e República Eslovaca como observadores oficiais não-membros da OCDE. Os países observadores das negociações não vão se vincular automaticamente ao AMI se o acordo for fechado. Argentina e Brasil, por exemplo, têm afirmado encontrar problemas com as regras do AMI. A pausa nas negociações dará aos países da OCDE a oportunidade para ampliar o acesso aos países em desenvolvimento. Isto pode ser um fator-chave para a consolidação do AMI — a possibilidade de uma ampla aceitação dos países em desenvolvimento poderia ser um incentivo para a continuidade das negociações que enfrentam dificuldades.

Fonte: Friends of the Earth (EUA)

de Investimentos, “movimentos de base de todos os continentes reuniram-se em fevereiro de 1998 em Genebra (Suíça) para lançar uma coordenação mundial de resistência contra o mercado global” convocados pela ação Global dos Povos contra o “Livre” Comércio e a OMC (Organização Mundial do Comércio).

Extraído do boletim *Chiapas al Día*, nº 109, do Centro de Investigações Econômicas e Políticas de Ação Comunitária (Ciepac) — Chiapas, México. Tradução de Zwinglio M. Dias.

EMBARGO A CUBA: CINISMO E ARROGÂNCIA

InfoMed é uma organização não-governamental dos Estados Unidos que trabalha com o objetivo de contribuir para o aperfeiçoamento do conhecimento dos médicos cubanos. Frustrada na tentativa de conseguir remeter, sem conflitos, computadores para Cuba — resultado do embargo econômico promovido há quase quarenta anos pelo seu país —, InfoMed dirigiu esta declaração ao Congresso dos Estados Unidos.

mos — a extinção do sistema social que tem dado a Cuba projeção nas estatísticas referentes aos países em desenvolvimento.

Nós, os voluntários que compõem EUA/Cuba InfoMed, temos nos empenhado, por mais de três anos, em defender os avanços do povo cubano, apoiando a sua jóia da coroa, o sistema nacional de saúde, em uma área particularmente vital — o acesso à informação médica.

O Ministério de Saúde Pública de Cuba (MINSAP), por meio do seu Centro Nacional para Informação de Ciências Médicas, criou uma rede eletrônica nacional para os seus agentes de saúde acessarem dados médicos modernos e contribuírem com o pool de informação médica do mundo. Esta

InfoMed Network, criada com toda a tecnologia e *know-how* cubanos, tornou-se um exemplo admirável para a comunidade médica mundial. É um trabalho em progresso com atualização e aperfeiçoamento contínuos, também já é uma tecnologia que Cuba está partilhando com outras nações tais como México, Venezuela, Argentina, Brasil, Chile, Peru e outras. Logo, Jamaica e República Dominicana serão receptores da ajuda cubana levando a tecnologia da InfoMed aos seus sistemas médicos.

Desde maio de 1995, todo o nosso grupo de voluntários, EUA/Cuba InfoMed, com base na Baía de São Francisco, desempenhou o papel de organizar e remeter mais de 800 computadores, equipamento de rede e li-

O governo dos Estados Unidos sempre proclamou o desejo de ver os países em desenvolvimento tornarem-se auto-suficientes. No entanto, o país mais bem sucedido do Terceiro Mundo em termos de saúde, educação e distribuição de renda equitativa — a República de Cuba — não tem recebido aplausos, antes uma política de estrangulamento pelas mãos do seu mais próximo vizinho ao Norte. Esta política irracional de trinta e oito anos é, no momento, imoral, ilegal (de acordo com declaração das Nações Unidas) e incompreensível.

Além do mais, essa política de embargo total é um fracasso retumbante, mesmo nos seus próprios ter-



Para os EUA, uma das razões para a continuidade do embargo é a permanência de Fidel Castro no poder de Cuba

Carlos Carvalho

vros técnicos para InfoMed Cuba. Os computadores são antigos modelos PC, doados por pessoas e indústrias, que normalmente carecem de manutenção e reparos em nossos *workshops*. Os PCs são instalados em bibliotecas médicas de hospitais e clínicas espalhados pela ilha, o que permite que médicos possam acessar informações sobre a produção mundial de conhecimento médico via Internet — incluída a Biblioteca Nacional de Medicina de Washington. Durante os últimos três anos nosso grupo de voluntários esteve em contato direto com colegas da InfoMed Cuba, por e-mail e visitas periódicas. Nós desenvolvemos rapidamente amizade e colaboração bastante estreitas.

Todavia, nossos esforços não receberam as bônus do nosso próprio governo, o que se poderia esperar de uma liderança humana e solidária. De fato, nós encontramos total hostilidade por parte do Departamento de Estado, Tesouro e Comércio em nossos esforços de transportar esta ajuda humanitária ao sistema de saúde de Cuba.

Desde o começo, quando nossa primeira caravana de remessa de 400 computadores XT e 286 foi dirigida por nós e nossos parceiros — Pastores pela Paz — à fronteira do México (Tijuana) em janeiro de 1996, nós fomos abordados por centenas de agentes do Tesouro e pela polícia local, que, depois de uma retenção de cinco horas, apreendeu toda a carga de computadores, alguns diretamente dos braços de nossos voluntários. Somente depois de uma greve de fome de 94 dias em San Diego e Washington DC, levada a cabo por cinco membros da caravana, é que o governo federal cedeu e liberou toda a carga para uma instituição intermediária — a Igreja Metodista Unida. Nós imediatamente embarcamos essa ajuda humanitária a Cuba por via aérea e recebemos uma aclamação pública do povo e do governo cubano. Foi ao todo um acordo invejável que nos permitiu ir adiante, ante a um grupo de determinados gre-

vistas de fome que demonstraram claramente que estavam preparados para ir ao limite. Esta foi uma evidência dramática de que o governo dos Estados Unidos não tem limites no bloqueio de ajuda humanitária a Cuba e é, para nós, uma nítida demonstração da necessidade de se aprovar uma legislação que ponha fim ao embargo de alimentos e medicamentos — como um prelúdio para o fim do embargo econômico total a Cuba.

Desde então, EUA/Cuba InfoMed tem enviado novas cargas de equipamento de informática nos containers comerciais marítimos, sob licença do Departamento do Tesouro, por meio de terceiros — licenças essas com condições draconianas impostas pelo Tesouro que corrompem a boa vontade de que deveria acompanhar a ajuda humanitária. Tais condições, delineadas de forma a desencorajar qualquer programa de ajuda, incluem uma cláu-

EUA E CUBA: UMA HISTÓRIA DE CONFLITOS

A situação política de Cuba mudou radicalmente em 1959, quando a revolução liderada por Che Guevara e Fidel Castro tomou o poder. O regime revolucionário promoveu a reforma agrária, nacionalizou empresas estrangeiras e decretou a morte de colaboradores do antigo ditador Fulgêncio Batista. Milhares de cubanos deixaram o país. O choque entre as reformas impostas e os interesses dos EUA levaram ao rompimento das relações diplomáticas entre os dois países em janeiro de 1961. A tensão cresceu mais em abril daquele ano quando exilados cubanos treinados e equipados pela CIA desembarcaram na Baía dos Porcos, numa tentativa frustrada de derrubar o governo cubano.

Em dezembro de 1961, Fidel anunciou que seu país se transformaria em um Estado marxista-leninista. Os EUA decretaram em 1962 um bloqueio econômico e político contra Cuba, que foi expulsa da OEA. Em 1972, Cuba entrou no Conselho de Mútua Assistência Econômica (Comecom), o mercado comum do bloco comunista, do qual passou a receber tratamento preferencial: exportava açúcar e importava petróleo a preços favorecidos. O país obteve progressos econômicos e sociais, em especial no campo da saúde e da educação.

A ajuda soviética despencou com a dissolução da URSS, em 1991, e no ano seguinte os EUA intensificaram o embargo comercial contra Cuba. Privado do petróleo soviético e com queda nas exportações, Fidel Castro (então ocupando o cargo de presidente) introduziu severo rationamento de combustível, energia e alimentos. Estimulou também investimentos estrangeiros e, em 1995, ampliou a participação do capital externo na economia em diversos setores — exceto defesa, saúde e educação. A abertura não se estendeu, ainda, ao âmbito político.

Em fevereiro de 1996, o presidente Bill Clinton sancionou a controvertida Lei Helms-Burton, que impõe sanções aos países ou às empresas que comercializam ou investem em Cuba.

Ao mesmo tempo que iniciava campanha interna “contra a indisciplina, a desordem e a corrupção”, o governo cubano enfrentou uma ameaça contra sua principal fonte de divisas, o turismo. Entre abril e setembro de 1997 ocorreram nove atentados contra hotéis e restaurantes. A polícia cubana prendeu o salvadorenho Raul Cruz Leon, que no dia 16 de setembro confessou, em rede de televisão, a autoria de alguns dos atentados a bomba contra três hotéis. Ele afirmou ter recebido dinheiro pela missão, que tinha o objetivo de causar pânico entre os turistas.

Fonte: *Almanaque Abril*, 1998.

O EMBARGO ECONÔMICO A CUBA: OS EUA CONTRA O MUNDO

Por seis anos consecutivos, a Assembléia Geral das Nações Unidas tem votado massivamente a favor da resolução que condena o embargo dos Estados Unidos a Cuba. Ainda assim e com outras expressões contrárias no mundo e nos próprios EUA, esses fatos têm sido ignorados pelo presidente Bill Clinton e pelo Congresso daquele país.

O embargo econômico contra Cuba é o mais longo da história contemporânea, iniciado em 1961, logo após a Revolução Cubana. Naquela época, o impacto foi limitado devido à ajuda soviética e às políticas de distribuição igualitária.

Em 1992 o embargo dos EUA tornou-se mais forte. Todo e qualquer comércio subsidiário, incluindo alimentos e medicamentos, tem sido proibido. Navios de outros países não estão autorizados a aportar nos EUA durante seis meses se passarem por Cuba, mesmo se suas cargas forem de ajuda humanitária. Embora a legislação para embargos desde a Segunda Guerra Mundial preveja exceções para produtos humanitários, a legislação do embargo a Cuba de 1992 não permite venda de alimentos e requer verificações sem precedentes para a doação de suprimentos médicos. Esta não afirma que Cuba não possa comprar medicamentos das empresas dos EUA ou suas subsidiárias externas mas as licenças para tal têm sido negadas rotineiramente.

A situação tornou-se ainda mais difícil a partir de março de 1996, quando o presidente Clinton assinou o Ato pela Liberdade Cubana e Solidariedade Democrática. O ato ficou conhecido como Lei Helms-Burton, que leva os nomes dos seus principais promotores, o senador Jesse Helms, da Carolina do Norte, e o deputado Dan Burton, de Indiana.

Alguns destaques da lei:

- Proíbe o presidente dos EUA de

dar qualquer passo para normalização das relações com Cuba sem um ato do Congresso.

- Restringe a venda nos EUA de produtos fabricados em outros países que contenham algum *input* cubano.
- Reafirma a oposição dos EUA à ajuda financeira a Cuba por instituições financeiras internacionais das quais EUA é membro, com o World Bank.
- Afirma que o embargo permanece até que uma mudança no regime político de Cuba se concretize e estipula ajuda financeira dos EUA a Cuba para eleições que não incluem Fidel ou Raul Castro e para o governo de transição. Um relatório da Administração do Congresso em 1997 revelou a intenção do governo de doar US\$ 7 bilhões. O governo cubano imediatamente classificou a oferta como suborno.

• Dá a indivíduos e corporações dos EUA o direito de processar empresas estrangeiras que praticam o "tráfico" por meio de bens expropriados dos EUA depois da Revolução Cubana de 1959. "Tráfico", um termo geralmente utilizado para o comércio de drogas, refere-se aqui ao envolvimento em um empreendimento que utiliza o que o governo dos EUA denomina "propriedade confiscada pelo governo cubano". A lei estende esse direito a exilados cubanos naturalizados norte-americanos.

• Nega vistos dos EUA para executivos de empresas e suas famílias os quais realizam negócios em Cuba. Sob o mandato da Lei Helms-Burton o Departamento de Estado mantém uma chamada "lista negra" com executivos estrangeiros banidos, que inclui pessoas da Itália, México, Canadá e Reino Unido.

A condenação internacional à Lei Helms-Burton foi implacável. Os mais próximos aliados comerciais dos EUA, incluindo Canadá e México, classificaram a lei como um ultraje e imediatamente ameaçaram retaliação.

Fonte: *American Journal of Public Health*, janeiro/1997, e Global Exchange.

sula na qual o governo cubano é obrigado a relatar identificação, locação e uso de todo o equipamento e de cada parte dele a cada seis meses, e limitam o tipo de PC (primeiramente com a proibição de 486 e agora de Pentium), e o número de máquinas, impõem regras sobre onde elas devem ser usadas (proibindo o uso em instituições médicas que não atendem a pacientes como centros epidemiológicos, centros de pesquisa biotecnológica e similares).

Todas estas condições são arrogantes e aviltam a soberania de uma nação independente. Estão fora das normas de ajuda humanitária aceitas internacionalmente. São, à primeira vista, uma declaração do governo dos Estados Unidos de que o governo de Cuba não é confiável para fazer uso do equipamento doado para propósitos estritamente médicos.

O Departamento de Tesouro não apresentou qualquer evidência de que o governo de Cuba tenha alguma vez agido de forma fraudulenta ou desonesto ao lidar com ajuda humanitária. A Associação Panamericana de Saúde atestou a efetividade e eficiência de Cuba em gerenciar o programa de saúde do país. Para enfatizar este ponto, a Organização Mundial de Saúde convidou o presidente Fidel Castro a Genebra para ser homenageado no encontro em que se celebravam os 50 anos deste órgão das Nações Unidas.

Esta relutância cínica da parte do governo dos Estados Unidos de sujeitar-se às normas internacionais de ajuda humanitária a Cuba é, ela própria, o mais forte argumento possível para a necessidade de se aprovar uma legislação tal que encerre o embargo de alimentos e medicamentos.

E-mail enviado por Virginia Hadsell, leiga presbiteriana, militante dos Direitos Humanos nos EUA. Tradução de Magali do Nascimento Cunha.

APELO AO MUNDO EM FAVOR DE CHIAPAS

Os crimes praticados contra os indígenas de Chiapas, no México, deixaram de ocupar as páginas e as ondas da mídia, agora preocupada com outras notícias que gerem audiência. No entanto, os massacres daquela população continuam, como continua também a impunidade dos assassinos. A Anistia Internacional divulgou uma carta intitulada “Parem com os crimes contra a humanidade em Chiapas”, enviada à Organização das Nações Unidas (ONU), aos cuidados do secretário-geral, Kofi Anan.

A comunidade internacional deixou de agir de maneira decisiva em tempo oportuno, para prevenir um genocídio massivo em Ruanda e na Bósnia. Agora, violência e intimidação massivas estão sendo dirigidas contra o povo indígena, em Chiapas, no México. Nós convocamos a ONU para agir imediatamente, se necessário com intervenção armada, para terminar com a repressão e prevenir mais crimes contra a humanidade em Chiapas. Também nos dirigimos a todos os soldados mexicanos e à polícia mexicana para que se recusem a obedecer a qualquer ordem ilegal que seja uma contravenção à lei mexicana ou que viole padrões internacio-

nais no que se refere aos direitos humanos e ao genocídio.

Este é um apelo urgente endereçado às Nações Unidas e à comunidade mundial para acabar com a violência crescente, a intimidação e a repressão agora dirigidas contra os milhões de habitantes indígenas de Chiapas, no México.

O general canadense Romeo Dallaire, que liderou as forças de paz da ONU em Ruanda, alertou o quartel-general da Organização sobre as preparações em Ruanda para morticínios em massa, quase três meses antes de que eles de fato ocorressem. O general testemunhou mais tarde que as suas forças (seus homens) poderiam ter evitado o massacre. A comunidade internacional, todavia, falhou ao não dar um passo para impedir o genocídio. O mundo falhou em Ruanda.

Na Bósnia, o genocídio contra os muçulmanos também teve permissão para prosseguir relativamente desimpedido durante anos, e como resultado um grande número de pessoas foram assassinadas. O mundo falhou na Bósnia.

Agora, em Chiapas, um numeroso grupo de civis está sendo novamente sujeito a crimes contra a humanidade. E existe o risco de uma escalada adicional para violência massiva — desta vez por grupos civis paramilitares e por elementos dos militares mexicanos, que têm como alvo os 4-5 milhões de integrantes dos povos indígenas que habitam o estado mais ao sul do México.

O mais horrível incidente isolado que aconteceu foi o de Acteal, uma pequena cidade onde, em 22 de dezembro de 1997, quarenta e cinco civis indígenas desarmados, a maioria

composta por mulheres e crianças, foram sistematicamente caçados como animais e assassinados por forças paramilitares.

Precisamos deixar bem claro que Acteal não é um incidente isolado. Ele é emblemático para um nível muito mais amplo de escalada de violência e de intimidação dirigidas contra o povo indígena de Chiapas. Durante os últimos dezoito meses, houve um crescente aumento de violência paramilitar, e mais recentemente uma crescente violência militar, que têm como resultados centenas de mortes, a conversão de milhares de indígenas em refugiados sem lar, a destruição de colheitas indígenas por atos de vandalismo, roubo e incêndio, e o incentivo, nos últimos meses, ao aumento de forças militares mexicanas, repressivas, em larga escala, na região.

Mais recentemente, ataques compactos de centenas e até de milhares de tropas governamentais abateram-se ilegalmente sobre comunidades indígenas pacíficas. Tais ataques serviram para brutalizar e prender dezenas de membros de associações indígenas pacíficas de caráter cooperativo, econômico e político. Serviram também para prender ilegalmente diversos observadores internacionais de paz, cuja presença havia sido requerida pelo povo indígena e por suas organizações para garantir a segurança dos indígenas. Esses observadores de paz foram sumariamente deportados do país, sem um devido processo de lei, despojando, dessa forma, o povo indígena de testemunhas externas, caso ocorram mais atos de violência e intimidação. Tomando como base esses fatos, as Nações Unidas, a Anistia Internacional e muitas outras or-

INDICATIVOS DE GUERRA

APÊNDICE DA CARTA ABERTA A KOFI ANAN

A organização Chiapas Alert Network identificou uma série de indicativos que, somados, apontam para a possibilidade de um assalto militar iminente ou quase-iminente do exército mexicano contra o enclave zapatista no Sul de Chiapas. No mínimo, esses "indicativos" demonstram a possibilidade de uma repressão grandemente intensificada contra civis indígenas e suas associações cooperativas na região. São eles:

1. Aumento do equipamento militar mexicano e do efetivo de tropas, ao longo dos últimos meses, em Chiapas.
2. Aceleração do esforço para deportar ou silenciar de outra maneira os observadores internacionais dos direitos humanos, em Chiapas. Muitas dessas deportações são claramente ilegais e envolvem freqüentemente uma severa intimidação e a negação de um processo devido, sob a lei mexicana.
3. As recentes declarações feitas por autoridades mexicanas, algumas em altos escalões, no sentido de que "interferência" estrangeira nos assuntos políticos mexicanos não será tolerada. Essas declarações foram feitas exatamente antes do massacre de Acteal, quando a Anistia Internacional e outras organizações de direitos humanos alertavam para o fato de que a violência paramilitar e a intimidação estavam aumentando na região, e que ainda mais mortes poderiam ser esperadas. Àquela época, foi dito à Anistia Internacional e a outros grupos similares que "ficassem fora das políticas internas do México". Desde o massacre de Acteal, o governo mexicano não ousava dizer coi-

sas assim. Mas agora, novamente entoam o refrão de "nós mesmos vamos resolver sozinhos os nossos assuntos."

4. Incremento de atividades paramilitares, em várias áreas de Chiapas, incluindo — o que não dá para acreditar — a reaparição em Acteal, o local do infame massacre de 45 pessoas a 22 de dezembro do ano passado (1997), de pessoas associadas com atividades paramilitares.
5. Uso de número massivo de soldados e de investidas policiais contra comunidades indígenas pacíficas atualmente. Um dos propósitos dessas investidas parece ser o de aterrorizar a população civil por meio do uso opressivo da força. Vistos em seu conjunto, esses indicativos sugerem que o governo mexicano pode perfeitamente estar-se preparando para uma guerra e/ou uma forte repressão em Chiapas.

(Tradução de Edda Isernhagen, Serviço de Paz e Justiça para a América Latina —Serpaj).

ganizações internacionais respeitadas de direitos humanos encontraram violações muito sérias tanto da lei mexicana quanto dos direitos humanos.

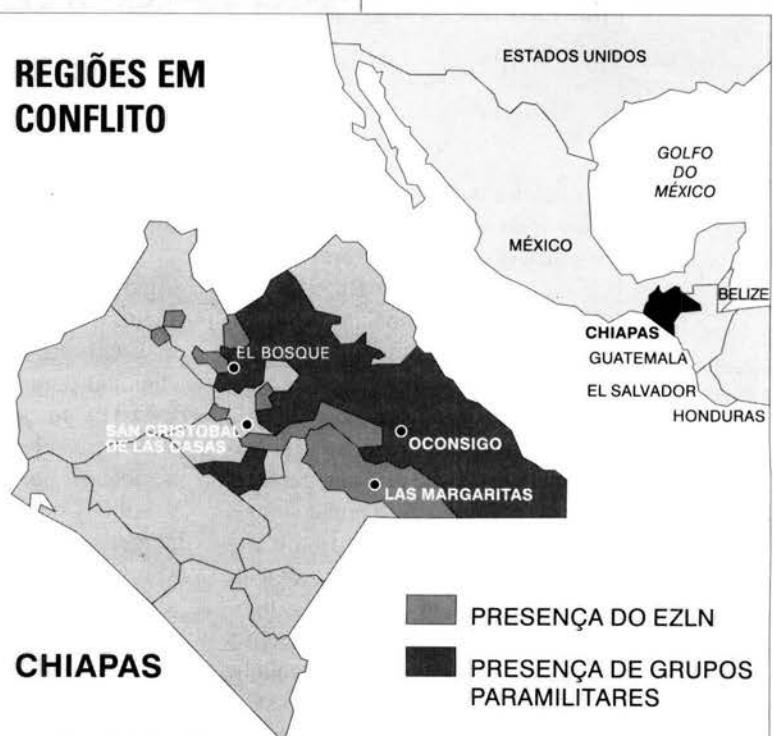
Somando-se a tudo isso, parece estar em preparação um ataque completo contra várias comunidades indígenas civis e contra o Exército Indígena Zapatista, que não tem se envolvido em qualquer atividade de guerra já por três anos e meio.

À luz desses acontecimentos, desejamos lançar um desafio a todos os governos da América, às Nações Unidas e a todos os líderes mundiais: que não voltemos a falhar. Uma nova matança já se iniciou, e matanças maiores estão à espreita. Não há tempo a perder. Uma ação decisiva e a tempo precisa ser levada a cabo imediatamente para impedir mais repressão e genocídio contra o povo indígena. Um povo que historicamente foi submetido ao maior genocídio e que tem sido o mais oprimido da América.

Em especial, desejamos apresentar o seguinte apelo urgente:

1. Apelamos às Nações Unidas para uma intervenção imediata, armada se

REGIÕES EM CONFLITO



for preciso, para agir na prevenção de mais crimes contra a humanidade em Chiapas. Qualquer intervenção armada deveria ser restrita a um mandato autorizado pelas Nações Unidas e não deveria incluir tropas dos Estados Unidos, devido ao atual envolvimento norte-americano no treinamento e no armamento dos militares mexicanos, e devido aos interesses políticos e econômicos daquele país no México. Como parte dessa investigação, insistimos em que representantes do corpo de paz e reconciliação, presidido pelo bispo Samuel Ruiz de Chiapas, e das associações pacíficas indígenas de caráter cooperativo, econômico e político de Chiapas sejam chamados ao quartel-general das Nações Unidas para testemunhar sobre a violência e a intimidação presentemente dirigidas tanto pelas forças militares quanto pelas paramilitares contra o povo indígena e suas organizações em Chiapas.

2. Também apelamos a todos os membros do exército mexicano, das forças policiais do governo mexicano, para imediatamente começarem a recusar-se a obedecer a ordens que sejam ilegais, tanto para a lei mexicana quanto sob o ponto de vista dos padrões internacionais relativos aos direitos humanos e aos crimes contra a humanidade. Chegou o tempo em que todos nós devemos recordar — e o mundo todo deve recordar — os tribunais para crimes de guerra, em Nuremberg, que determinaram que a obediência a ordens ou à lei nacional, não pode moralmente ou legalmente justificar violações de direitos humanos, tais como as perpetradas em Chiapas. Em Nuremberg como aqui, os perpetradores e os autores intelectuais de crimes assim são culpados de crimes contra a humanidade e sujeitos tanto à condenação moral quanto à condenação legal e à punição, por meio de organismos internacionais.

(Tradução de Edda Iserhagen, Serviço de Paz e Justiça para a América Latina – Serpaj).



Signos de Vida

ORGANIZAÇÕES BRASILEIRAS SOLIDÁRIAS COM O Povo DE CHIAPAS

"Exmo. Sr. Cônsul Honorário da República do México:

As entidades abaixo relacionadas vêm apresentar a V. Excia. a preocupação dos cidadãos e cidadãs brasileiros em relação à situação do Estado de Chiapas, especialmente da violência dos grupos militares e paramilitares sobre a população de Chiapas, mormente mulheres, crianças e idosos. Vimos solicitar a V. Excia. que faça chegar ao governo mexicano nossa insatisfação e, ao mesmo tempo, o nosso pedido para envidar esforços no sentido de:

- garantir o cumprimento pleno da Lei de Diálogo para a Conciliação e a Paz Digna em Chiapas;
- respeitar os acordos de San Andrés;
- cessar, imediatamente, com as represálias ao trabalho humanitário realizado por observadores internacionais;
- ordenar a redução substancial das tropas federais;
- coibir a ação dos grupos paramilitares.

Unidos a toda a comunidade internacional, clamamos: Parem com o massacre em Chiapas!"

Anistia Internacional, seção brasileira; Cáritas/RS; Centro Ecumênico de Capacitação e Assessoria (Ceca); Conselho de Missão entre os Índios (Comin); Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (Conic); Diretório Acadêmico Bartolomeu de las Casas; Fraternidade Cristã a Doentes e Deficientes (FDC); Movimento de Justiça e Direitos Humanos; Projeto Pastoral de Juventude Em Busca da Paz.

"Senhor Presidente:

Nós, cristãos das Igrejas Católica Apostólica Romana, Católica Ortodoxa Siriana do Brasil, Cristã Reformada do Brasil, Episcopal Anglicana do Brasil, Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, Metodista e Presbiteriana Unida do Brasil, reunidos nas comunidades capixabas para celebrar a Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos, decidimos solicitar que Vossa Excelência envide todos os esforços para:

- Garantir o cumprimento pleno da Lei do Diálogo para a Conciliação e a Paz Digna em Chiapas;
- Evitar os confrontos armados entre o Exército Zapatista de Libertação Nacional e o Exército Mexicano;
- Respeitar os Acordos de San Andrés e pactos internacionais que firmou e onde se contemplam amplamente os direitos dos povos indígenas;
- Reconhecer e respeitar o trabalho humanitário e a contribuição ao processo de paz que realizam os observadores internacionais e os defensores dos direitos humanos;
- Ordenar a redução substancial das tropas federais nas zonas de conflito como um sinal concreto de sua vontade de dialogar.

Em nome de Deus e Unidos a toda comunidade internacional, clamamos: parem com o massacre em Chiapas!"

A COPA É NOSSA!

Chico Alencar

Minha cabeça rolando no Maracanã
 Quando vi a galera aplaudindo de pé
 as tabelas
 Eu jurei que era ela que vinha
 chegando...
(Pelas tabelas, Chico Buarque)

Ofutebol apaixona por ser reflexo da vida, sempre. Aqueles noventa minutos de correria, avanços e recuos podem ser comparados à trajetória de cada pessoa e de uma sociedade inteira, ao longo de sua existência. Um jogo, esse da vida pessoal e social, muito perigosos... Uma caixinha de surpresas: "existimos, a que será que se destina?" indagou o poeta. Ganhamos ou perdemos. Os recatados, "retranqueiros", recuam com medo e ficam satisfeitos com um empate de 0 x 0. Existência sem graça e sem riscos... Os ousados, raçudos, entregam-se de corpo e alma à peleja.

Assim caminham também os povos, que vão tecendo sua saga entre opressão e resistência, escravidão e quilombos, hierarquias e rebeledias, oficialismos e magias, monarquias e repúblicas, ditaduras e democracia, derrotas e vitórias...

O general Médici, o mais sangüinário dos ditadores do regime militar que infelicitou o País de 1964 a 1984, dizia que "a seleção é a pátria de chuteiras". Com isso ele transferia para um time de futebol a imagem da nação e o orgulho cívico. Os onze, lá no México, em 1970, elevariam bem alto o nome do Brasil! E, claro, do seu governo de repressão e tortura, no qual "a economia ia bem, mas o povo ia mal". Nossos vitoriosos craques ajudariam a resolver os problemas de um povo oprimido

que, sem pão bem distribuído, pelo menos tinha circo.

Mais de duas décadas depois, parece que a história se repete, de forma mais sutil e, claro, com tons diferentes. O presidente Fernando Henrique, que dá a impressão de não saber direito a diferença entre um impedimento e um escanteio (ou, numa linguagem mais familiar a ele, de um *off-side* para um *corner*), pediu garra, empenho e dedicação, tudo "em nome do Brasil". E os analistas políticos garantem que a conquista do penta na França "elevaria o moral do povo" e criaria um clima favorável à reeleição do "sociólogo da vagabundagem".

Por isso, convém separar bem as coisas, como outros já o fizeram.

Sabendo do uso politiqueiro do esporte mais popular e, ainda assim, não conseguindo torcer contra, presos políticos e carcereiros dividiam o radinho para vibrar com os gols do Jairzinho, no tri dos anos de chumbo. A seleção não é o governo, e nem mesmo nela se concentra toda a esperança de um país. Mais importante ainda que a conquista do título mundial é vencermos velhos e terríveis adversários. Eles sempre ganham da gente em nosso próprio campo, graças aos gols contra de quem se arvora em "salvador da pátria": o Brasil é "freguês de carteirinha" da miséria, do analfabetismo, da corrupção, da desinformação. Que beleza se essa mobilização de jovens que coloriu



ruas e congregou pessoas também acontecesse em outras campanhas, sociais, solidárias!

É claro que a luta por uma sociedade com justiça e verdadeira democracia não deve nos tornar chatos e mal-humorados. Os prazeres da vida existem para ser desfrutados, e as crianças nos ensinam: mesmo as mais pobrezinhas e abandonadas têm um brilho nos olhos quando põem a pipa no alto ou jogam suas bolas de gude e suas “peladas” ou “rachas” com bolas de meia. A consciência política não deve nos alienar do que não é diretamente político, como a arte e as diversões. E o futebol é diversão, é arte, é emoção. É, em tempo de Copa, o imenso prazer de compartilhar expectativas na roda de amigos, “jogando junto”, reclamando, dividindo o tira-gosto e a cerveja gelada.

A seleção não é do presidente do Brasil nem suas esperadas vitórias ou incômodas derrotas serão vitórias ou derrotas do governo. Ou alguém acha que o Lula torceu pela Noruega? Aliás, o barbudo é corintiano e vascaíno (ninguém é perfeito...) e entende mais do jogo de bola do que muito figurão da República. Por sinal, o PT, curiosamente, é o único partido brasileiro que começou a nascer num campo de futebol, o Estádio da Vila Euclides, em São Bernardo do Campo, onde os metalúrgicos em greve reuniam multidões, lá se vão exatos vinte anos.

Gostoso mesmo, para quem gosta de futebol, é fazer a analogia do *soccer* com o jogo da vida. Experiente! Eu, por exemplo, já ando ali pelos 25 minutos do segundo tempo da minha existência. E você? Já sofri gols e dei furadas, mesmo sem atuar muito mal, e você? Mais edificante é fazer a comparação entre desempenho de um time e da sociedade. Nesse exercício de livre pensar, imagino nosso país na disputa contra o atraso tendo ainda um bom tempo de jogo pela frente e com uma equipe — o povo — que, até agora, não desco-

briu todo o seu potencial para virar a partida... Dá para vencer, mas falta confiança em si mesmo! Falta conjunto, e o “estrelismo” de uns poucos acaba prejudicando o espírito do grupo. O individualismo em excesso, que não tem nada a ver com características individuais, irrita, gera reclamações, ajuda os adversários, faz o jogo do inimigo.

Mas o imediato, agora, fala mais alto: é tempo de Copa, a festa mundial do futebol. As transnacionais do “globalitarismo” despejam as imagens dos gramados pelos quatro cantos do mundo e é difícil fugir do clima. Ofereço, porém, uma colaboração aos que gostam de ir além das quatro linhas. Para quem não resiste à vinculação da seleção canarinho com a situação política, fica uma dica: o atual governo é a comissão técnica, muito sabida e “moderna”, cheia de amores pela *Nike* e outras multinacionais. Só que não se entende e tem projetos complicados, como uma tática de “moeda forte e desemprego mais forte ainda”. O time, que entra no campo e corre atrás da bola, é a nossa gente, cheia de craques — mesmo com o desfalcque de alguns, muito importantes —, mas sem padrão de jogo, sem organização, às vezes até brigando entre si. E tendo que se superar para vencer os obstáculos. A distância entre comissão técnica (governo) e time (povo) é enorme: o que um diz, o outro não entende e, por isso, não pratica. Os dirigentes têm grande poder e apoio internacional, enquanto o povo continua muito desentrosado...

A grande vantagem desse jogo da sociedade de classes com tantos conflitos é que os dirigentes podem ser trocados, quando se tem um mímino de democracia — o que não é costumeiro em nossa história, marcada por espasmos de liberdade em meio à constância autoritária. Já o povo é craque eterno, insubstituível. Renova-se na resistência, sobrevive à chibata, ao salário mínimo, insiste

em contra-atacar, mesmo acossado, pressionado e encurrulado, há séculos.

Futebol, apesar do jogo bruto de alguns, é arte, é esporte coletivo, troca conjunta na qual ninguém, sozinho, consegue nada, por mais que se julgue um fenômeno, um “fora de série”. O segredo do êxito do velho esporte bretão não está mais escondido: é o entrosamento, a boa orientação, a dedicação ao objetivo. Time sem direção segura e sem atletas animados caminha para o buraco! Time em que interesses mercantis e o fetiche do dinheiro ditam o ritmo não vai muito longe!

Vale no campo, vale na vida, vale na história dos povos: os dirigentes precisam dialogar com os jogadores, com os que suam a camisa. Para além do argentarismo, é deles exigida a formulação de um projeto utópico, de metas de conquistas, de um futuro sonhado e socializado de valores superiores aos do vil metal. Os “técnicos” precisam respeitar os “jogadores”, isto é, valorizá-los e ter a humildade de aprender com eles, que sabem onde a chuteira aperta e o efeito que a bola toma. O teórico só tem sentido se encharcado pelo prático, o pensado só se ilumina com o vivido. O governante que só quer o povo como massa, composta por peças de uma engrenagem a serviço dos interesses de poucos, é o condutor da derrota certa do país como nação, como sociedade fraterna, como alternativa para os que virão depois.

É por isso que o Brasil, sociedade multirracial e policultural, refundando-se na boa distribuição das nossas grandes riquezas, estará fadado ao sucesso no terceiro milênio. Com o exercício da democracia, os dirigentes incompetentes e insensíveis serão afastados e o povo, bem alimentado, criativo e mais compactado, baterá um bolão.

Chico Alencar é torcedor do Flamengo e professor da Faculdade de Educação da UFRJ.

CHURRASCOS



Magliani

Houve um período em que fui vegetariano. Não por dieta ou religião. Simplesmente aconteceu. Eu estava estudando a vida de Ghandi, a fim de escrever o livrinho-poema *A magia dos gestos poéticos*, e repentinamente, contra a minha vontade, passei a sentir nojo de carne. Tornei-me, então, por motivos de alma, vegetariano. Terminado o livro, fiz as pazes com a carne dos animais.

Fui questionado sobre meus hábitos alimentares num congresso. Achavam que meu estilo de escrever e meu amor pelos animais exigiam que eu fosse vegetariano. Obrigaram-me a confessar: "Você come car-

ne?" Respondi honestamente: "Se eu fosse rei, imperador, ditador, baixaria logo um decreto vegetariano, para proteção dos animais: 'Fica terminantemente proibido que se matem animais para fins alimentares. De hoje em diante todos deverão só comer as coisas que a terra produz, frutas, legumes, hortaliças, cereais, etc.' Essa é a minha vontade."

Aí acrescentei uma reflexão antropológica baseada num relato que me foi feito pelo Carlos Rodrigues Brandão, vegetariano convicto e que ama os escorpiões, até mesmo quando é picado. Contou-me de uma certa tribo de índios, antropófaga, que devora seus mortos queridos. Acusados pelos civilizados de barbarismo, os índios argumentaram: "Bárbaros são vocês, brancos. Vocês não amam os seus mortos. Mortos, vocês os enterram em covas profundas, para serem devorados pelos vermes. Mas nós amamos os nossos mortos. Desejamos que eles continuem vivos. Desejamos que eles continuem próximos de nós. Mas, para isso, só há um recurso: eles continuarão vivos e ficarão próximos, se nós os comermos. Ficarão vivos e próximos em nós." Aí eu concluí: "Sinto o mesmo pelos animais. Eu os amo. Queria que eles continuassem vivos e próximos. Fosse imperador ou ditador baixaria aquela lei. Não sou. Eles estão mortos. Estando já mortos, o único ato de amor que me resta é comê-los, para que eles continuem vivos em mim." Não sei se a minha justificativa convenceu. O fato é que provocou muito riso.

Não sou vegetariano. Mas tenho horror a churrascos. Churrascos me provocam pesadelos surrealistas. Como se sabe, Descartes dizia que somos o que pensamos: "Penso, logo sou". Sou o que penso. O filósofo alemão Ludwig Feuerbach, que muito influenciou Marx, discordou. Disse que "somos aquilo que comemos". O "ser" tem a ver com o comer.

Esse aforismo é passível de várias interpretações, uma delas sendo de inspiração psicanalítica. Eu acho (os psicanalistas nada têm a ver com esta heresia) que o corpo é um palco onde moram muitos atores. Todos eles têm a mesma cara, mas todos vestem fantasias diferentes. Há um ator principal, que ocupa a

cena a maior parte do tempo. Vez por outra, entretanto, vem uma deixa que faz com que um outro ator saia de trás da cortina onde se escondia e entre em cena. Aí o ator principal sai de cena e o outro lhe rouba o espetáculo. Eu viro outro — um outro que sou eu também.

Pois eu acho que o aforismo “somos o que comemos” pode ser interpretado assim: a comida é uma “deixa” que faz aparecer um ator que eu fico sendo enquanto como. O “ser” que devora um churrasco não é o mesmo que toma uma sopa de aspargos. Sugiro, assim, aos meus colegas psicanalistas, que ao seu interesse freudiano pelos sonhos se acrescente o interesse pelos hábitos alimentares dos seus pacientes: o que você come revela o que você é.

E quem é o ator que aparece para comer o churrasco? É o troglodita que mora em nós, o homem das cavernas, primitivo. Duvidam? É só ir a uma churrascaria de rodízio para que todas as dúvidas sejam eliminadas. Existirá espetáculo mais grosseiro do que o ataque dos garçons com seus espetos cheios de filé, alcatras, maminhas, bistecas, linguiças? O que é ofensivo não é a carne. É o espetáculo. Tenho um projeto sádico de, um dia, fazer um filme numa churrascaria. O que eu filmaria? Só as bocas abocanhando a carne e mastigando. Um apaixonado jamais convidaria a sua amada para um espetáculo desses. Porque o “ser” — no sentido filosófico — que aparece em torno da devoração de um churrasco é tudo, menos um “ser” romântico e amoroso. Os amantes preferirão uma sopa de aspargos. Já um político não convida seus correligionários para sopas. É para churrascos, coisa de homem, coisa de “matcho”. O churrasco é o produto mais primitivo da culinária. Antes dele era a carne crua.

Aconteceu por acaso: o fogo aceso, na caverna, por causa do calor. Os trogloditas ao redor da carne crua. Veio o sono. Dormiram. Quando acordaram, o fogo havia queimado a carne. Ficaram bravos mas resolveram comer assim mesmo. Descobriram que a carne havia ficado mais macia e mais gostosa. Assim se inventou o churrasco. O churrasco é a primeira

técnica culinária de que se tem notícia. Era só jogar a carne na brasa. Levou séculos, talvez milênios, para que nossos antepassados tivessem a idéia de usar espetos. O cheiro da gordura queimada que pinga sobre as brasas é a “deixa” olfativa que faz o troglodita que mora em nós sair da caverna em que se esconde.

Mas a minha maior objeção ao churrasco é de outra ordem. Um dos maiores avanços na história do homem foi o domínio do fogo. A princípio o homem não tinha a técnica da produção do fogo. O fogo acontecia naturalmente, como resultado de raios e incêndios. Ele tinha de ser “colhido”, sob a forma de paus incendiados ou brasas, levado para a caverna e cuidado. Se não for cuidado, ele morre. Tinha de haver alguém que cuidasse dele. Os homens saíam para caçar. As mulheres ficavam na gruta. A elas competia cuidar do fogo. Sem fogo não há luz, não há calor, não há comida. Com isso elas aprenderam a própria importância: eram as guardiãs do fogo, seres semi-sagrados que mantinham viva a dádiva dos deuses. E assim, através dos séculos, se estabeleceu essa divisão: os homens vão e voltam, enquanto que as mulheres ficam, cuidando do fogo.

Aí os homens ficaram com inveja das mulheres. O mito de Prometeu revela que os homens estão sempre querendo roubar o fogo de quem tem. Daí o fascínio dos homens pela cozinha — querem se meter, cozinhar. Me lembro, lá em Minas, das mulheres expulsando seus maridos de casa em dias feriados: “Lugar de homem é na rua”. Traduzido: você é caçador, seu lugar é longe do fogo. No fogo mando eu.

Mas aí surgiu a novidade: a churrasqueira. Churrasqueira é fogo fora da cozinha, longe dos domínios da mulher. Fogo de brincadeira, efêmero, em dia feriado. É fora, ao ar livre, como nos velhos tempos da caverna. Aí, na churrasqueira, sem atrapalhar ou sujar a cozinha, o homem pode brincar de ser dono do fogo: e a mulher, dona verdadeira do fogo, deixa. E observa, até com ternura, o seu homem brincando de troglodita. É muito “matcho”...

ENSINO RELIGIOSO, UM DESAFIO TEOLÓGICO

Francisco Catão

Educar para a vocação transcendente e comunitária do ser humano é destacar a importância que tem a educação para o modo de encarar o mundo e para o comportamento ético das pessoas e da comunidade. Esse é o principal atributo do Ensino Religioso, na opinião do autor deste artigo, que chama a atenção também para a formação do corpo docente que terá a tarefa de lidar com esse desafio.

Tentar tratar a questão do Ensino Religioso é se perguntar até onde vai a responsabilidade do educador. Dificilmente um autêntico educador limitaria sua ambição à transmissão de conhecimentos úteis para a vida. De fato, porém, o sistema de educação que prevalece no País, por motivos históricos nem sempre suficientemente esclarecidos, opera verdadeira amputação nas responsabilidades inerentes à tarefa do educador. Confiando a educação ao Estado, o sistema de educação quer se impor como exclusivamente leigo e acaba cerceando a universalidade da ação congênita do educador, coagindo-o a agir como puro técnico, sob alegação de que somos todos peças da grande engrenagem socioeconômico-político-cultural, regida pelo Estado.

Torna-se assim inevitável o choque entre o sistema de educação que exclui as responsabilidades espirituais do educador a ponto de coibi-las em nome de uma laicidade, no fundo totalitária, e a religião, ao menos sob a figura institucional que ainda hoje prevalece.

Em consequência, o Ensino Religioso tornou-se um remendo aposto ao sistema leigo de educação do Estado, com sua ideologia republicana elitista, dissociada do povo, cuja cultura é até hoje caracterizada por acentuada e manifesta religiosidade. Durante quarenta anos não houve Ensino Religioso nas escolas, até o fim da República Velha. O governo Vargas não tinha nenhum pendor especial pela religião, mas visava consolidar seu apoio popular e teve a compreensão política elementar de que, para captar a simpatia do povo religioso, era preciso negociar com as igrejas.

Chegou-se, assim, a uma solução de compromisso, que se espelha na Constituição. O artigo 210, que trata dos “conteúdos mínimos para o ensino fundamental”, estabelece, no primeiro parágrafo, que “o ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental”.

A NOVA FISIONOMIA LEGAL DO ENSINO RELIGIOSO

Ensino Religioso é uma denominação esdrúxula. Designa, de maneira ambivalente, aliás, uma disciplina sobre a qual se está longe de chegar a um acordo. Alguns intérpretes, aproveitando-se da equivocidade do termo e partindo do inciso contido na lei – “de

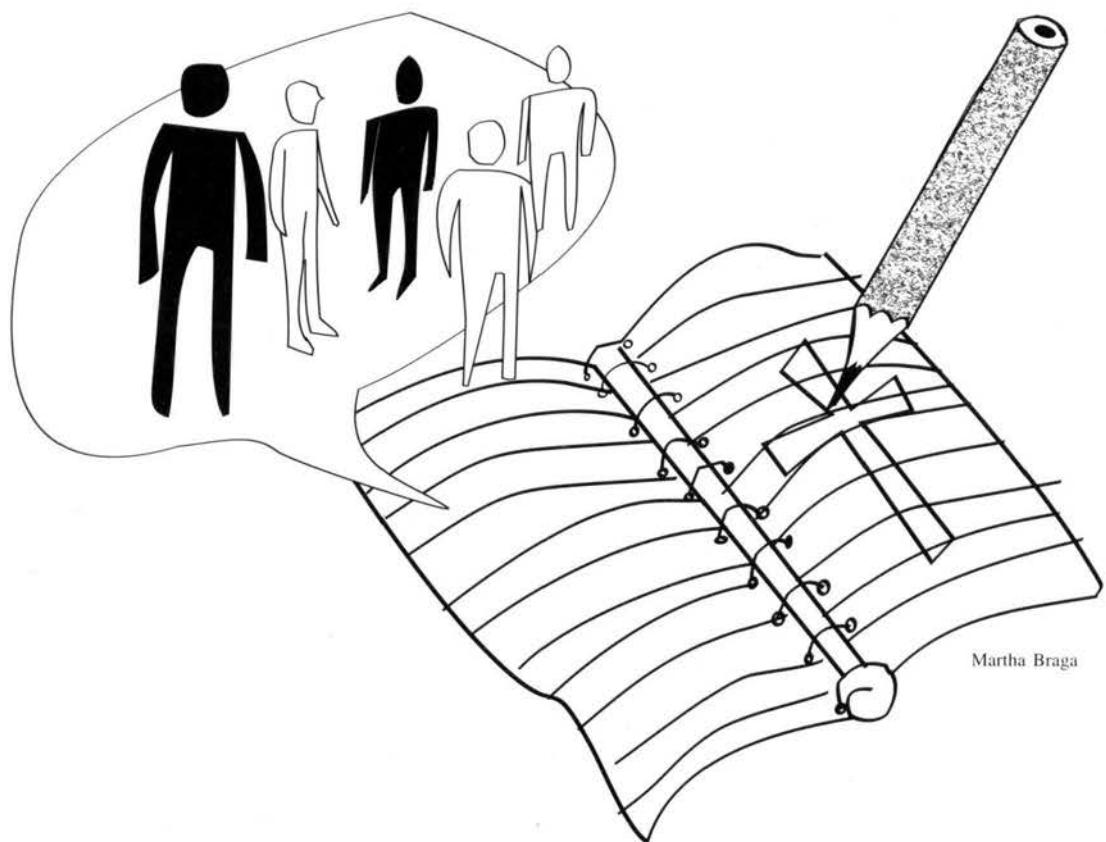
matrícula facultativa” – simplesmente desconhecem-no.

Outros, em contraposição, mas sem contestar os pressupostos da Lei, entendem que o Ensino Religioso abre a porta da escola às religiões. Teriam elas o direito, reconhecido pela Constituição, de ministrar sua doutrina nos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, desde que seja respeitada a liberdade religiosa dos alunos e de suas famílias.

Essas duas interpretações extremas têm, porém, em comum a idéia de que a educação se vincula à sociedade e é de natureza cultural ou “política”, pois visa transmitir aos educandos valores e habilidades do grupo social a que pertencem: o Estado leigo e as instituições religiosas.

Na prática, todavia, essa oposição radical entre Estado leigo e igrejas se ameniza. O Estado reconhece às igrejas certa margem de manobra: respeita a liberdade religiosa dos cidadãos, o direito de associação e de culto, exime as instituições religiosas de certas obrigações fiscais. As igrejas, por sua vez, reconhecem a legitimidade dos governantes, ora por eles e colabora com suas iniciativas, especialmente na esfera social.

A questão, no entanto, vem-se complicando nos últimos anos com o crescimento exponencial da diversidade religiosa, em particular nas grandes cidades e em metrópoles cosmopolitas como São Paulo. O Estado se vê desobrigado de atender às exigências da Lei, haja vista a laicização cada vez mais completa da sociedade e da cultura. As igrejas, enfraquecidas nas suas reivindicações, aceitam associar-se a outras religiões, elaboran-



do-se a idéia pouco clara de um ensino religioso "interconfessional".

Essa forma de entender o Ensino Religioso foi sancionada inicialmente pela Lei de Diretrizes e Bases, no seu artigo 33. Mas tal artigo teve vida curta. Denunciaram-se logo os três vícios mais graves dele: o sistema público de educação abrir mão de parte de sua autonomia, admitindo professores credenciados pelas respectivas igrejas; confiar às entidades religiosas a responsabilidade da elaboração dos programas de uma disciplina escolar; e ferir a isonomia entre professores, estabelecendo que os de Ensino Religioso não seriam remunerados pelo Estado.

As falhas da lei, demasiado patentes, e a presteza da reação religiosa provocaram sua reformulação, pela lei 9.475, de 22 de julho de 1997, que lhe dá nova redação: inclui o Ensino Religioso no sistema público de educação, responsabilizando o Estado por essa "parte integrante da formação

básica do cidadão" e lhe conferindo autoridade para definir os conteúdos e estabelecer normas para a habilitação e formação dos professores, em pé de igualdade com as das outras disciplinas.

As denominações religiosas não são esquecidas, mas deixam de ser as interlocutoras imediatas do Estado. Na medida em que se interessarem pelo Ensino Religioso, devem-se constituir em entidade civil, a que o Estado tem obrigação de ouvir para a definição dos conteúdos do ensino religioso a ser ministrado. Finalmente, reforça o caráter público desse ensino, exige "respeito à diversidade cultural e religiosa do país, vedando quaisquer formas de proselitismo". Trata-se, pois, de um ensino em continuidade com a realidade religiosocultural dos alunos, que não pode se transformar jamais em instrumento de divulgação de práticas, idéias ou valores de determinado grupo religioso, seja ele majoritário.

OS FUNDAMENTOS ANTROPOLOGICOS DO NOVO ENSINO RELIGIOSO

A novidade do Ensino Religioso introduzida pelo texto legal não nasceu do nada. Do ponto de vista religioso, suas raízes confundem-se com as do movimento ecumênico, esboçado desde o século passado, concretizado no apóis a guerra pela criação do Conselho Mundial de Igrejas e, vinte anos mais tarde, pelo Vaticano II.

Na realidade, porém, a mudança de atitude de umas para com as outras, verificadas ultimamente nas igrejas e nas religiões, que vão deixando de se combater para se irem tornando cada vez mais artífices da paz e da justiça entre os humanos, deve-se, em última análise, à nova antropologia que se vem formulando no bojo da evolução cultural que se vive no Ocidente e se estende cada vez mais a todo o planeta.

A vocação do ser humano é transcendente. Consiste, basicamente no fato de que, buscando bens, o ser hu-

Os teólogos cristãos estão diante de um grande desafio: aprofundar os aspectos pedagógicos da religião, para vir em socorro dos professores que se dispõem a educar a religiosidade, num espírito ecumônico e sem proselitismo

mano busca o bem. É chamado a colocar a verdade, a justiça e o bem acima de tudo na vida, que é humana na medida em que se volta para o outro. Por isso, o ser humano não se humaniza senão relacionando-se com os outros, quando, em lugar do egoísmo, do narcisismo, do individualismo, da competição e da manipulação recíprocas, vive num clima de respeito, atenção e amor de uns para com os outros. Transcendência e comunidade são as duas características antropológicas fundamentais em função das quais se organiza a disciplina escolar denominada Ensino Religioso. Se não souber lidar com a transcendência e com o comunitário, o ser humano se torna menos humano, é incapaz de viver plenamente como cidadão, de desempenhar o papel a que é chamado na sociedade e de se realizar, portanto, como tal.

ENTRE O NOME E A REALIDADE

Por que denominar Ensino Religioso a disciplina que visa a ensinar a criança, o adolescente e o jovem a lidar com a transcendência na comunidade? A pergunta não é tão inocente quanto parece. Lidar com os valores que conferem sentido à vida, pessoal e comunitária, foi sempre o papel atribuído ao que, no nosso vocabulário de origem latina, denominamos religião. Ensino Religioso é a disciplina que ensina a lidar com a transcendência e a comunidade no mundo secularizado e pluralista atual, desempenhando, em continuidade cultural

O QUE DIZ A LEI

Artigo 33 – O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

Parágrafo 1º – Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do ensino religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e a formação dos professores.

Parágrafo 2º – Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso.

Fonte: Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, segundo a Lei 9.475, de 22 de julho de 1997.

com as religiões do passado, uma função vital para a plena realização das pessoas e da sociedade.

Não educar para a vocação transcendente e comunitária do ser humano é desconhecer a importância que tem a educação para a maneira de encarar o mundo e para o comportamento ético das pessoas e das comunidades. Não ministrar o Ensino Religioso é uma das mais graves violações dos direitos humanos e da liberdade. Foi o erro dos totalitarismos. O fato de que, em suas aderências históricas, as religiões, muitas vezes, se tenham tornado cúmplices ou mesmo promotoras de violações à liberdade, não justifica que, por causa de abusos, que precisam ser sempre combatidos, anule-se a contribuição indispensável que deram para que se fosse elaborando, através de séculos de civilização, uma concepção ética da vida e uma cultura respeitadora das liberdades e dos direitos das pessoas.

Esses abusos, precisamente, devem ser uma razão a mais para se introduzir o melhor conhecimento das

religiões na cultura, a começar pelas escolas de ensino fundamental, pois o desenvolvimento da informação e do conhecimento crítico das religiões é a melhor garantia dos cidadãos. Rejeitar a educação para lidar com a transcendência e com o sentido da vida é abrir espaço para a violação das pessoas e se chegar a uma sociedade de termitas, comandada pelo mecanismo cego do mercado e pela mídia comercial e consumística.

QUE FAZER?

Não se pode considerar que a batalha do Ensino Religioso esteja ganha com a publicação da lei, como muitas vezes acontece no Brasil. O verdadeiro desafio começa agora. O simples aceitar a orientação legal já não é tarefa fácil, nem para os administradores públicos e privados, nem para os educadores, leigos ou religiosos, acostumados a militar sob outros parâmetros. Os problemas que se põem são tão numerosos e complexos que escapam totalmente aos limites deste artigo. No momento, porém, parece evidente que o ponto crítico a ser imediatamente enfrentado é o professor. Onde encontrar e como formar docentes capazes de ajudar os educandos a buscar, a partir de sua vida concreta, os autênticos valores transcendentes que lhe dão sentido e servem de base a uma convivência digna de seres humanos, na liberdade, isto sem ceder ao proselitismo latente em toda religião e na maioria dos religiosos que, com a melhor das intenções do mundo, julgam sua missão ou dever irradiar sua fé e levar os outros a adotar os valores que eles mesmos adotam? Os teólogos cristãos estão diante de um grande desafio: aprofundar os aspectos pedagógicos da religião, para vir em socorro dos professores que se dispõem a educar a religiosidade, num espírito ecumônico e sem proselitismo.

Francisco Catão, doutor em Teologia e professor no Instituto Pio XI, São Paulo.

SOLIDARIEDADE (NÃO SÓ CARIDADE) NA CONSCIÊNCIA SOBRE A SECA

A seca na região Nordeste do Brasil é multissecular. Apenas no presente século já ocorreram dezoito períodos de estiagem nessa região. Neste ano de 1998, em virtude do fenômeno climático conhecido como *El Niño*, houve um agravamento da situação. A Comissão Parlamentar de Meio Ambiente, após realizar um estudo sobre os efeitos do *El Niño*, informou ao governo federal, com a devida antecedência, a respeito da catástrofe que seria a seca na região ao longo do ano. Lamentavelmente, nenhuma providência foi tomada pelas autoridades competentes.

O Ministério da Agricultura lançou uma previsão que registra uma queda de 80% na produção agrícola nas áreas atingidas pela seca. Tal situação deverá afetar aproximadamente 10 milhões de pessoas. O governo federal comunicou que só poderá auxiliar 5 milhões. A ajuda que está oferecendo consiste principalmente na doação de cestas básicas de 9 kg, compostas de quatro itens: macarrão, arroz, feijão e fubá. O custo mensal dessa doação atinge o montante de R\$ 45 milhões por mês.

Há alguns anos KOINONIA assessora o Pólo Sindical do Submédio São Francisco, que tem buscado enfrentar essa situação calamitosa. A região do Submédio São Francisco está localizada na área do chamado “polígono das secas” e da região climática denominada caatinga. Nela existem diversas áreas semi-áridas que se viram ainda mais devastadas com o prolongamento da seca atual. O quadro é tão grave que obrigou o Pólo a criar a Secretaria de Convivência com a Seca (SCS-Pólo).

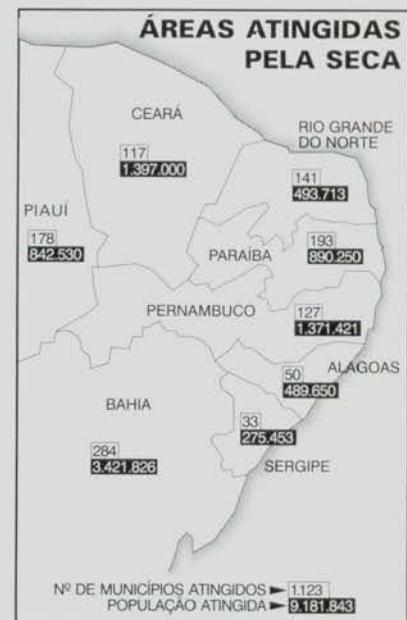
Os dados oficiais registram que nos estados de Bahia e de Pernambuco,

411 municípios estão atingidos e afetam 958.650 famílias (aproximadamente 4,5 milhões de pessoas). Neste momento, na região atendida pelo Pólo (que compreende 15 municípios da Bahia e Pernambuco), cinco mil famílias estão sendo vitimadas pelos efeitos da catástrofe. Segundo os dados da SCS-Pólo, elas estão assim distribuídas:

Município	Famílias
Macururé (Bahia)	878
Glória (Bahia)	986
Chorrochó (Bahia)	1.035
Jatobá (Pernambuco)	—*
Petrolândia (Pernambuco)	531
Floresta (Pernambuco)	775
Belém do São Francisco (Pernambuco)	795
Total	5.000

* Jatobá e Petrolândia foram somados, pois Jatobá é de emancipação recente.

Já há algum tempo, a SCS-Pólo desenvolve um projeto de apoio à subsistência de famílias na região, que consiste na perfuração de poços artesianos, construção de cisternas e incentivo à caprinocultura tradicional. Até o momento 77 poços já foram perfurados (75 em Glória-BA; 1 em Macururé-BA; 1 em Petrolândia-PE). Eles abastecem sobretudo a criação de rebanhos caprinos e ovinos, pertencentes a 231 famílias. Com a ajuda dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais da região, várias iniciativas da sociedade civil têm sido postas em prática a fim de atender à situação emergencial. Por exemplo, a formação de técnicos para a descoberta de veios subterrâneos de água tem contado com o apoio das dioceses católicas de Juazeiro, Paulo Afonso e Flo-



resta. Entretanto, os recursos para toda essa tarefa têm sido insuficientes na solução dos problemas à medida que a seca vai ficando mais prolongada.

KOINONIA está mobilizando uma campanha de apoio ao Pólo, buscando recursos para:

1. perfuração de 50 poços artesianos e 260 cisternas de contenção d’água, o que iria solucionar tanto o problema do abastecimento d’água potável, quanto da irrigação de pequenas roças e água para o gado;
2. incremento da caprinocultura, com a aquisição de matrizes e de reprodutores, que possibilite às famílias reunir condições de contornar as dificuldades relativas à segurança alimentar e à geração de renda;
3. distribuição de alimentos ao longo de seis meses, que permita às famílias dedicarem-se integralmente à ação de emergência, a ser realizada em regime de mutirão.

DECLARAÇÃO DE GOIÂNIA

Nós, os batistas brasileiros, reunidos na cidade de Goiânia, GO, por ocasião da 79ª Assembléia da Convenção Batista Brasileira, vimos a público fazer a presente declaração.

PREÂMBULO

Começamos por afirmar que os batistas brasileiros sempre se têm empenhado na defesa da dignidade humana, seja através da obra evangélica e missionária das suas igrejas, seja através da obra de educação, realizada por seus colegas em todo o território nacional, seja através da ação social cristã, desenvolvida por suas numerosas igrejas, instituições e agências, em favor dos mais necessitados e excluídos da sociedade.

NOSSAS PREOCUPAÇÕES

Preocupa-nos a fragilidade das respostas geralmente oferecidas pelas autoridades e especialistas aos dilemas do mundo contemporâneo, notadamente diagnosticando que as causas desses dilemas são apenas de natureza econômica.

Preocupa-nos que a prioridade da agenda político-econômica das autoridades geralmente tem sido equilibrar a balança comercial em vez de melhorar o bem-estar humano.

Preocupa-nos que a educação pública nem sempre tenha merecido um lugar de destaque nas preocupações governamentais, sendo a educação particular, muitas vezes, simplesmente objeto de mercantilização;

Preocupa-nos o descaso com que vem sendo tratada a saúde pública, seja pelos poderes constituídos, seja pelas organizações privadas que, muitas vezes, têm transformado o corpo humano em objeto de lucro e enriquecimento.

Preocupa-nos a forma por que são usados os meios de comunicação, anulando o espírito e transformando as pessoas em meras consumidoras do falso e do fantasioso, em detrimento de uma vida digna e relevante.

Preocupa-nos o fortalecimento de um sistema político e econômico que gera, cada vez mais, a concentração de riqueza, indiferente à realidade social, que se caracteriza pelo aumento alarmante do desemprego e redução das oportunidades de auto-realização da pessoa humana.

Preocupa-nos a maneira superficial por que são tratados os temas ecológicos, a eles não dando as autoridades constituidas e as elites empresariais a necessária relevância.

Preocupa-nos que ainda existam manifestações preconceituosas contra a mulher e a igualdade racial.

Preocupa-nos a forma legal presumida para a doação de órgãos, entendendo que ela deve estar condicionada à manifestação expressa do doador e de sua família.

Preocupa-nos o relativismo contemporâneo dos valores éticos, gerando desagregação familiar, social e cívica.

NOSSAS CONVICÇÕES

Creamos, à luz da Bíblia, que Deus é o Senhor de todas as coisas.

Creamos que o bem-estar do ser humano faz parte do plano de Deus.

Creamos que, sendo regenciados pelo Evangelho, somos chamados a exercer uma ação transformadora do mundo, para nele serem implantados os valores do Reino de Deus.

Creamos que devemos exercer a cidadania responsável, sendo sensíveis às carências humanas.

Creamos que devemos socorrer o fraco e o necessitado, seja qual for a sua condição espiritual.

Creamos que, mesmo socorrendo aquele que é materialmente necessitado, será preciso cuidar de sua condição espiritual, pregando-lhe o Evangelho de Jesus Cristo.

Desta forma, exortamos a todos os cristãos para que cultivem uma visão integral da vida, considerando o mundo como uma realidade global e não como um conjunto de partes dissociadas.

Exortamos para que valorizem não apenas o aspecto espiritual da existência, mas os demais aspectos que dela fazem parte: o social, o físico, o afetivo, o econômico, o político.

Exortamos aos cristãos de toda parte para que desenvolvam atitudes de cooperação, em vez da competição social; que valorizem mais a qualidade do que a quantidade; menos a dominação e mais a parceria.

Exortamos para que participem ativamente da sociedade, dando respostas aos dilemas humanos, pela aplicação dos princípios e soluções do Evangelho.

Finalmente, exortamos para que denunciem toda injustiça praticada contra a dignidade humana, valendo-se de todos os meios legítimos ao seu alcance.

NOSSOS COMPROMISSOS

Em face do exposto, como batistas brasileiros, assumimos os seguintes compromissos:

- Valorizar cada ser humano, seja qual for a sua condição espiritual;
- Buscar a redenção integral da pessoa humana, pela pregação do Evangelho e da defesa da justiça social;
- Desenvolver uma cidadania responsável na busca de soluções concretas para os dilemas que afigem e agride a dignidade;
- Condenar, por todos os meios, a corrupção e a degradação da pessoa humana;
- Enfim, agir por todos os modos em favor da redenção integral do homem na transformação da sociedade.

Conscientes de que assim agindo estaremos sendo fiéis aos princípios do Evangelho, rogamos a Deus para que abençoe a nação brasileira tornando concretas em sua vida as verdades exaradas nesta Declaração.

Goiânia, janeiro de 1998

COMISSÃO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

Darci Dusilek

Othon Osvaldo Ávila do Amaral

Loúrenço Stelio Rega (relator)

David Malta Nascimento